

DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E OPERACIONAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS EM TEMPO INTEGRAL



PREFEITURA DO
IPOJUCA
CUIDANDO DO FUTURO DE TODOS

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Ipojuca, 2023.



PREFEITA

Célia Agostinho Lins de Sales

VICE-PREFEITA

Helena Patrícia Costa Alves

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Francisco José de Amorim de Brito

DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Karla Cristían da Silva

GERÊNCIAS DE ENSINO

Ana Cleide da Silva – Educação Infantil

Edivânia Helena Nunes – Ensino Fundamental - Anos Finais

Italo Moraes Souza – Educação de Jovens e Adultos

Kátia Suely Marques de Oliveira – Educação Especial

Leônidas Dantas de Castro Júnior – Educação em Tempo Integral

Silvana Gomes Nascimento – Ensino Fundamental - Anos Iniciais

Tarciana de Paula Silva – Educação do Campo



FICHA TÉCNICA

ELABORAÇÃO

Diretora de Gestão Educacional

Iêda Alves da Silva Mariano

Gerente de Formação Continuada

Júlio César Rufino de Freitas

REVISÃO 2023

Gerente da Educação em Tempo Integral

Leônidas Dantas de Castro Júnior

Pedagogas

Ana Célia Feitoza Guimarães

Ana Catarina Lemos Cabral

Ana Laura Ferreira dos Santos

Analistas Educacionais

Gislaine Sobral Nunes

Técnico de Ensino em Libras

Luciana Maria Gomes Carneiro

Técnico de Ensino em Arte

Marília Leite da Silva

Técnico de Ensino em Ciências

Sérgio Henrique Noblat de Andrade Junior

Técnico de Ensino em Educação Física

Thiago Pereira Francisco

Técnico de Ensino em História

Evana Izabely Ribeiro de Souza

Técnico de Ensino em Língua Estrangeira

Flávia Barbosa de Santana Araújo

Técnico de Ensino em Língua Portuguesa

Girlandio Lima da Paz

Técnico de Ensino em Matemática

Coordenadores

Rosane de França Carneiro

Coordenadora da Gerência de Educação em Tempo Integral

Edjane Aureliano Vieira

Coordenadora da Gerência de Educação em Tempo Integral

Márcia Maria de Freitas Silva

Coordenadora da Gerência de Educação em Tempo Integral

Vânia Monteiro Silva

Coordenadora da Gerência de Anos Iniciais

Jailson Siqueira da Silva Júnior

Professor Intérprete de Libras Gerência de Anos Iniciais

Priscila de Souza Amazonas Reis Cavalcanti

Coordenadora da Gerência de Formação Continuada

Gabriella Veríssimo Dantas Rameh

Coordenadora da Gerência de Formação Continuada

Wellington Lins de Souza

Coordenador da Gerência de Formação Continuada



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
INTRODUÇÃO.....	07
1. A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	08
1.1. Princípios da Educação Integral	09
1.2. Fundamentos Legais	11
1.3. Objetivos	13
1.3.1. Objetivos Geral	13
1.3.2. Objetivos Específico	13
2. ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS E ESPAÇOS	15
2.1. Organização dos Tempos e Espaços no Ensino Fundamental	15
2.1.1. A Educação em Tempo Integral no Ensino Fundamental I	15
2.1.2. A Educação em Tempo Integral no Ensino Fundamental II	16
2.2. Organização dos Tempos e Espaços na Educação Especial	18
2.3. Organização dos Tempos e Espaços na Educação do Campo	19
3. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	20
3.1. Espaços-Tempos de Vivência Pedagógica	20
3.1.1. Coordenação Pedagógica: espaço-tempo de construção coletiva	22
3.2. Organização da Matriz Curricular na Educação em Tempo Integral	23
3.2.1. Matriz Curricular do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais	23
3.2.2. A Parte Diversificada da Matriz Curricular	26
3.2.2.1. Projetos Integradores	29
3.2.2.2. Acompanhamento Pedagógico (Língua Portuguesa e Matemática)	35
3.2.2.3. Língua Brasileira de Sinais (Libras))	38
3.2.2.4. Língua Inglesa	40
3.2.2.5. Projeto de Vida (Anos Finais do Ensino Fundamental)	42
3.2.2.6. Orientação de Estudo	45
3.3. Os Sujeitos da Educação em Tempo Integral	47
3.4. Perfil dos profissionais da Educação em Tempo Integral	48
3.4.1. Equipe Gestora	49
3.4.2. Coordenador(a) e Técnico(a) Educacional – TED	50
3.4.3. Professor(a) da Educação Básica	51
3.4.4. Auxiliar de Serviços de Educação Básica (ASEB)	52
4. CONSELHO ESCOLAR: EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO	54
4.1. Participação da Comunidade	54
4.2. Conselho de Classe Participativo e Democrático	55
5. AVALIAÇÃO, MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	57
6. MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	67



APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Educação do Ipojuca (SEDUC), considerando seu compromisso com a construção de uma educação escolar de qualidade social, que contemple as especificidades dos diferentes espaços em que as escolas da rede municipal de ensino se encontram, a diversidade do contexto sociocultural dos estudantes, de suas famílias e da comunidade, vem implementando uma reestruturação curricular que atende à legislação, às necessidades contemporâneas e aos desafios de uma sociedade complexa.

Visando concretizar este compromisso de uma política pedagógica cuja centralidade perpassa o exercício e construção da cidadania, indissociada da melhoria da qualidade da aprendizagem, a Escola Municipal em Tempo Integral (EMTI) deve estabelecer o diálogo permanente com a gestão democrática, com a qualificação profissional e com a organização flexível dos tempos/espacos escolares, ampliando a oportunidade de e para a aprendizagem. Não se trata de, automaticamente, aumentar o tempo de permanência das crianças e adolescentes na escola, mas de reestruturar as bases do tempo/aprendizagem, garantindo oportunidades educacionais em uma perspectiva de currículo integrado.

Neste sentido, conjugando esforços para a ampliação da jornada escolar, associada a uma organização curricular e proposta pedagógica que vai ao encontro do direito à educação, buscando contribuir para a superação das desigualdades e a articulação entre as políticas públicas educacionais e sociais, entrelaçando e comprometendo os diferentes sujeitos numa aprendizagem que acolha o interesse e avance quanto às possibilidades de emancipação humana e social.

Assim, apresentamos as Diretrizes Pedagógicas e Operacionais das escolas em Tempo Integral para o Ensino Fundamental que, considerando as diferenças territoriais e as necessidades de cada escola, sistematiza ideias, concepções e perspectivas acerca da Educação em Tempo Integral, outrossim constitui um documento-referência que estabelece marcos legais, diretrizes curriculares pressupostos pedagógicos e princípios operacionais para o desenvolvimento do Programa da Educação Integral.



Dada a natureza dinâmica e democrática da práxis educativa, esse documento se constitui como um plano aberto e fomentador do debate acerca da Educação em Tempo Integral. Esperamos que esta publicação viabilize reflexões e promova ações educativas que possibilitem a efetivação de uma educação pública de qualidade para os estudantes ipojuicanos.

Francisco José Amorim de Brito
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO



INTRODUÇÃO

A produção deste documento tem a intenção de nortear o trabalho operacional e pedagógico nas Escolas em Tempo Integral do Município do Ipojuca visando a Educação Integral.

Desta forma, falar de Educação Integral transcende a concepção de ser humano que enfatiza apenas o homem cognitivo ou o homem afetivo. A integralidade abarca os aspectos biológico-corporais, do movimento humano, da sociabilidade, da cognição, do afeto, da moralidade, em um contexto tempo-espacial.

Pensar nessas possibilidades implica uma mudança de concepção de ensino e aprendizagem como também da própria organização do trabalho pedagógico como um todo. Por isso, é preciso que todos os envolvidos no processo educativo sejam protagonistas no exercício do seu papel.

A Educação Integral institui uma nova visão à escola em tempo integral, como local de produção de conhecimento que possibilita aos estudantes situações, experiências, instrumentos, e conceitos que favoreçam a construção sociocognitiva da aprendizagem.

Mas, para construir uma escola que desenvolva uma Educação Integral se faz necessário fortalecer os vínculos com a comunidade escolar. Entende-se que a educação deve estreitar as relações entre a escola e a comunidade, visando relacionar a aprendizagem com o cotidiano do estudante, transformando, assim, a escola num espaço de integração comunitária.

Ao se propor um processo educativo que se objetive a integralidade é necessário trabalhar com todos estes aspectos de modo integrado, ou seja, a educação deve objetivar a formação e o desenvolvimento global e não apenas ao acúmulo informacional.

Esperamos, por meio destas orientações, que a prática pedagógica nas escolas em tempo integral do município garanta os direitos de aprendizagem dos estudantes, com o compromisso de formar crianças e adolescentes que desenvolvam o senso crítico, a curiosidade e a pesquisa com amorosidade. Desejamos também, que os discentes consolidem suas habilidades cognitivas e socioemocionais para seu sucesso acadêmico e pessoal.



1. A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

No Currículo Referência do Ipojuca (2020), a Educação Integral, enquanto concepção, possibilita ampliar tempos, espaços e vivências educacionais garantindo uma formação capaz de contribuir para o desenvolvimento das pessoas em todas as suas dimensões, sejam elas intelectual, física, social, socioemocional e cultural. Tal concepção permite elencar competências e habilidades essenciais que fomentem práticas educativas em sintonia com a sociedade contemporânea e seus cenários complexos, multifacetados e incertos.

De acordo com o Currículo, trata-se da ampliação dos

“[...] tempos escolares, haja vista possibilitar a crianças, adolescentes e jovens envolver-se em atividades educativas, artísticas, culturais, esportivas e de lazer, a fim de reduzir a evasão, a reprovação e a defasagem idade-ano, bem como promover uma prática pedagógica que aperfeiçoe a formação integral e integrada do estudante, tanto nos aspectos cognitivos quanto nos socioemocionais” (IPOJUCA, 2020, p. 46).

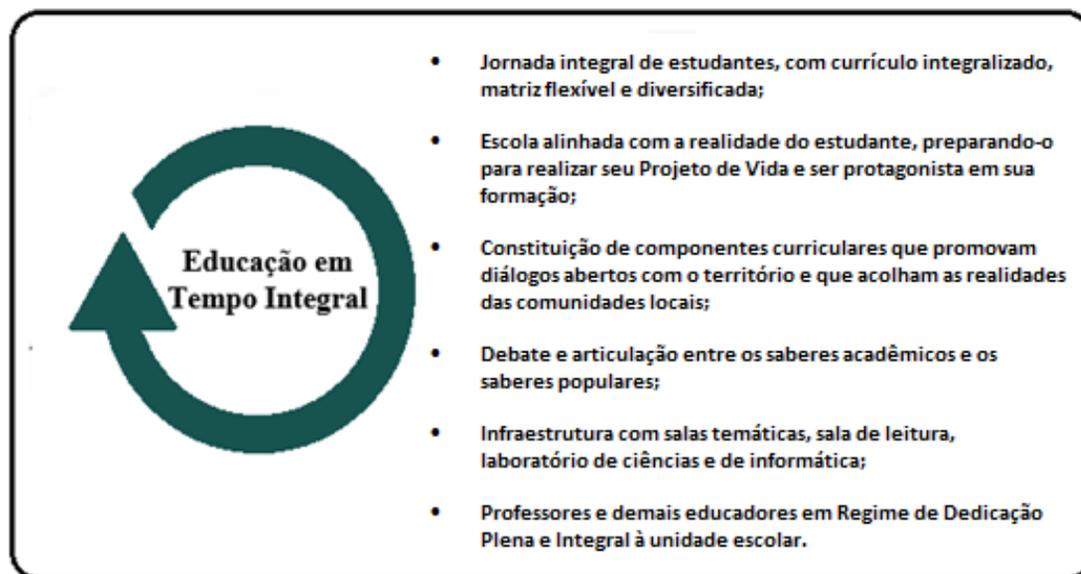
Nesse sentido, a Educação Integral é um dos princípios fundantes do Currículo Referência do Ipojuca (2020) e respalda-se na ideia de ampliação de oportunidades educacionais pondo em destaque, para além dos conteúdos disciplinares, as competências socioculturais e a possibilidade de vivências direcionadas à qualidade de vida, ao pleno exercício da cidadania, à leitura e à interpretação do mundo em constante transformação, que traduzidos em direitos de aprendizagem contribuirão para a formação integral e integrada dos estudantes.

Por conta disso, a Secretaria de Educação do Ipojuca tem como meta fortalecer e ampliar a política de Educação em Tempo Integral para todas as escolas que a compõe, associando a formação básica (Ensino Fundamental) a outras experiências que garantam a melhoria das aprendizagens em todas as áreas do conhecimento e a promoção e o desenvolvimento de habilidades que traga uma educação de qualidade para todos e todas – considerando os quatros pilares da Educação da UNESCO: *o aprender a conhecer, o aprender a ser, o aprender a fazer e o aprender a viver.*

Ao construir as Diretrizes Pedagógicas da Educação em Tempo Integral, pretende-se não apenas preencher espaços e tempos ociosos dos estudantes, mas reforçar a intencionalidade de uma Educação Integral nas Unidades Escolares do Ipojuca, que provocará mudanças, inovações, propostas significativas, traduzidos na Política Educacional da Secretaria, cuja missão é promover o acesso, a permanência e a aprendizagem bem sucedida dos estudantes da rede pública municipal.

Assim sendo, apresentamos alguns pressupostos a serem construídos nas escolas em tempo integral de nosso município tendo em vista a reorganização dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e a nova organização curricular pautada pela BNCC, como:

FIGURA 01: Alguns pressupostos para a Educação em Tempo Integral.



A Escola Municipal em Tempo Integral (EMTI) é um grande passo significativo na consolidação dos princípios que sustentam nossa política educacional, em direção à educação integral dos nossos estudantes. Diante disso, participam do atendimento da Educação em Tempo Integral estudantes matriculados no Ensino Fundamental.

1.1. Princípios da Educação Integral

A implementação desta diretriz, visa garantir os direitos de aprendizagens de todos os estudantes, por meio do desenvolvimento das habilidades e competências e das vivências destacadas neste documento, deverá perpassar preceitos e fundamentos básicos, que norteiam toda a concepção da Educação em Tempo Integral, desde seu processo construtivo, à leitura deste documento e à prática em sala de aula.

Assim, a Educação em Tempo Integral apresenta como princípios: **a integralidade, a intersetorialidade, a transversalidade, o diálogo escola-comunidade, a territorialização, o trabalho em rede e a convivência escolar.**

Integralidade: por meio dela, promover-se-á a formação integral, considerando as múltiplas dimensões do desenvolvimento humano: cognitivas, afetivas e socioculturais; ou seja, a integralidade vai além da ampliação do tempo de permanência dos educandos na escola, já que assume uma visão plural, singular e integral dos sujeitos de aprendizagem e promove uma educação voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades.

Intersetorialidade: por meio dela, promover-se-á o trabalho articulado com as diversas políticas, sujeitos, instituições e comunidades, pois, é no diálogo com os diferentes setores que construímos um conjunto de ações integradas. A intersetorialidade na Educação em Tempo Integral instaura uma forma de organização baseada na colaboração, de modo a envolver, pouco a pouco, os atores sociais nos problemas e soluções da realidade local, conferindo um sentido territorial às novas formas de organização e ações escolares. Por isso, pensar em intersetorialidade requer o envolvimento de diversas dimensões governamentais (saúde, educação, assistência social, economia, meio ambiente, cultura, etc.), relacionadas à noção de práticas integradas e ao envolvimento das pessoas.

Transversalidade: por meio dela, promover-se-á o trabalho com temas integradores, ou seja, temas que estão relacionados ao contemporâneo e que afetam a vida humana em escala local, regional e global. A transversalidade possibilita a reconstrução da realidade por meio de projetos e temas que ligam a escola ao mundo, pois, extrapolam o lugar e o tempo do estudante e dão a ele a possibilidade de reconhecer-se no universo de referências que não está limitado apenas à dimensão prática de sua existência. Entretanto, esse olhar mais abrangente não pode excluir o olhar para sua própria realidade e suas possibilidades de intervir nela, fazendo uma ligação da escola com a comunidade a que pertence e com o mundo.

Diálogo escola-comunidade: por meio dele, promover-se-á a mobilização de diferentes saberes comunitários favorecendo a construção de processos coletivos e participativos na formação de cidadãos críticos, éticos e autônomos. É importante que a escola “derrube seus muros” e esteja plenamente inserida no seu tempo e na comunidade a qual pertence, legitimando os saberes que resgatam tradições e culturas populares.

Territorialização: por meio dela, a educação se faz a partir das territorialidades, uma vez que a identidade da escola é definida pelo contexto sociocultural, pelos regionalismos que são historicamente determinados. Ao ocupar um território que é material a escola agrega valores no seu dia a dia, pois é lá que as pessoas se encontram, estudam, planejam e conversam. A territorialização determina o modo de vida da região e a escola é o espaço que reflete esse modo de vida.

Trabalho em rede e convivência escolar: nesse princípio, trazemos a voz dos sujeitos da/na escola, com o objetivo de criar oportunidades de aprendizagem para todos(as). O trabalho em rede

permite a construção e a implementação de ações setoriais e intersetoriais, criando um caminho de diálogo na convivência escolar. Dessa forma, cada sujeito pode contribuir com o seu saber e a Rede, por sua vez, se torna um espaço de diálogo plural e diverso, tanto no âmbito da produção de conhecimentos quanto no âmbito político administrativo.

Os princípios acima devem ser garantidos no Projeto Político Pedagógico (PPP), na organização e na execução do trabalho pedagógico da Educação em Tempo Integral.

1.2. Fundamentos Legais

A Educação em Tempo Integral inscreve-se no campo das políticas sociais e suas ações, estão respaldadas por legislação consistente, como a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), as quais mostram que o dever do Estado para a Educação Básica vai além da escola, incluindo, assim, o atendimento aos estudantes, em virtude de transformações sociais, econômicas e políticas, as quais exigem a ampliação do tempo de ensino obrigatório no Brasil:

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

[...]

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

[...]

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Resolução CME-Ipojuca nº 04/2019 define que deve-se ampliar a jornada escolar, em únicos ou diferentes espaços educativos, nos quais a permanência do estudante vincula-se tanto à quantidade e qualidade do tempo diário de escolarização quanto a diversidade de atividades de aprendizagens.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, prevê a ampliação da oferta da Educação em tempo Integral, e o Governo Federal, através da Lei nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais

de Educação (FUNDEB), possibilita o custeio das propostas de política educacionais e a ampliação da jornada do tempo escolar.

Assim como o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Municipal de Educação do Ipojuca (PME 2015-2025), Lei nº 2.104/2022 também reafirma o compromisso da oferta de educação em tempo integral:

PME - Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da Educação Básica.

ESTRATÉGIAS

6.1- Construir, com recurso do FUNDEB e do Município, escolas municipais em tempo integral na Rede de Ensino, de acordo com a legislação vigente.

6.1.1- Garantir merenda de qualidade, em cumprimento ao PNAE, seguindo todos os protocolos previstos em lei e com fiscalização constante do Conselho de Alimentação Escolar.

6.2- Garantir a construção, com recurso do FUNDEB, de escolas municipais na área rural e promover a nucleação da educação no campo em tempo integral.

6.2.1- Garantir a construção de escolas municipais em tempo integral na área rural e promover a nucleação da educação do campo.

6.3- Reformar ou ampliar escolas municipais, ofertando mais vagas para o atendimento da educação em tempo integral em todas as etapas de ensino.

6.4- Adquirir terrenos, inclusive através de processo de desapropriação de latifúndios por utilidade pública e interesse social, conforme dispõe a Constituição Federal, para a construção de novas escolas municipais, visando atingir a meta estabelecida por este plano para a oferta da educação em tempo integral.

6.4.1- Garantir a entrega das novas unidades escolares no prazo determinado,

6.5- Ampliar progressivamente a jornada do professor, de forma opcional, em uma única escola.

6.5.1- Garantir escolas em Tempo Integral com estrutura física adequada à proposta curricular do município e com acompanhamento psicológico, quando necessário, aos profissionais da educação e estudantes.

6.6- Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.

Mediante o exposto, e considerando a importância da garantia de direitos de aprendizagens dos estudantes ipojuicanos, ressaltamos a importância deste documento como elemento central da Unidade Escolar, uma vez que pretendemos construir uma agenda de Educação Integral, articulando políticas públicas, equipamentos públicos, comunidade, família e atores sociais que contribuam para a diversidade e riqueza de vivências. Nessa nova configuração, as possibilidades educativas extrapolam os muros da escola, alcançando espaços e contextos com múltiplas possibilidades educativas (LOMONACO e SILVA, 2013).

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

Ampliar tempos, espaços, oportunidades de ensino e aprendizagem aos estudantes da Rede Pública Municipal do Ipojuca, por meio da oferta de atividades pedagógicas, culturais, artísticas, técnico-científicas e esportivas relacionadas às áreas do conhecimento, aos Temas Contemporâneos Transversais e Integradores do Currículo Referência do Ipojuca, bem como, contribuir com a formação de cidadãos na perspectiva da Educação Integral.

1.3.2. Objetivos Específicos

A Unidade Escolar, como comunidade de aprendizagem, se articula a outras mais amplas com a preocupação de desenvolver um projeto comum, em que cada uma das instituições sociais e culturais dialogam, compartilham responsabilidades, relacionam-se e transformam-se, a fim de:

- promover a ampliação de tempos e oportunidades educacionais, sociais, culturais, tecnológicos, científico, esportivas, de saúde e de lazer, com vistas a aprendizagens significativas, que privilegiem a formação multidimensional do estudante;
- fortalecer as estratégias de ensino por meio de um trabalho articulado, intersetorial e interdisciplinar, com vistas às aprendizagens dos estudantes e à redução defasagem idade/ano, da evasão e da reprovação escolar;
- estimular e promover o protagonismo juvenil, a fim de despertar no estudante a responsabilidade quanto à sua trajetória de vida;
- estimular o vínculo da escola com a comunidade, com vistas às necessidades de desenvolvimento de habilidades procedimentais e socioemocionais dos estudantes, por meio de vivências teórico-práticas nos diversos segmentos que constituem a sua trajetória de vida;



- oferecer educação com qualidades humanística, democrática e inclusiva;
- contribuir para a formação integral dos estudantes mediante atividades pedagógicas que valorizem a integralidade humana, que os preparem para o mundo do trabalho, para o prosseguimento em níveis de estudos posteriores, com base em valores como respeito às diferenças, companheirismo, fraternidade, justiça, sustentabilidade e perseverança.

2. ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS E ESPAÇOS

2.1. Organização dos Tempos e Espaços no Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental de nove anos pode ser visto como parte central da Educação Básica. Sua especificidade é tamanha que, dentro de um mesmo segmento, ocorrem divisões em duas fases: **Ensino Fundamental I (Anos Iniciais)** e **Ensino Fundamental II (Anos Iniciais)**. Isso se faz necessário para que cada fase de desenvolvimento do estudante seja trabalhada de maneira adequada na aquisição de diferentes competências.

De acordo com o Art. 34 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a jornada escolar no Ensino Fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola (BRASIL, 1996). O Ensino Fundamental também possui a Base Nacional Comum Curricular e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) específicas que estabelecem princípios, fundamentos e procedimentos para orientar as práticas educacionais nessa etapa de ensino em todo país.

2.1.1. A Educação em Tempo Integral no Ensino Fundamental I – Anos Iniciais

É importante que a educação em tempo integral no Ensino Fundamental I seja bastante individualizada e respeite o histórico e o tempo do aluno, sem perder o encanto da infância. Por isso, tanto a BNCC quanto as DCNs, apontam elementos importantes que evidenciam a transição da Educação Infantil ao Ensino Fundamental I.

Vale ressaltar, que as Orientações Gerais para o Ensino Fundamental de nove anos, da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC, 2004, p. 15-16), apontam que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil fornecem elementos importantes para a revisão da Proposta Pedagógica do Ensino Fundamental, que recebeu as crianças de seis anos até então pertencentes ao segmento da Educação Infantil. Entre eles, destacam-se:

As propostas pedagógicas [...] devem promover, em suas práticas de educação e cuidados, a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser total, completo e indivisível. Dessa forma, sentir, brincar, expressar-se, relacionar-se, mover-se, organizar-se, cuidar-se, agir e responsabilizar-se são partes do todo de cada indivíduo [...];

Ao reconhecer as crianças como seres íntegros que aprendem a ser e a conviver consigo mesmas, com os demais e com o meio ambiente de maneira articulada e gradual, as propostas pedagógicas [...] devem buscar a interação entre as diversas áreas de conhecimento e aspectos da vida cidadã como conteúdos básicos para a constituição de conhecimentos e valores. Dessa



maneira, o conhecimento sobre espaço, tempo, comunicação, expressão, a natureza e as pessoas devem estar articulados com os cuidados e a educação para a saúde, a sexualidade, a vida familiar e social, o meio ambiente, a cultura, as linguagens, o trabalho, o lazer, a ciência e a tecnologia.

É importante que essas propostas aconteçam num contexto em que cuidados e educação se realizem de modo prazeroso e lúdico. Na proposta de Educação em Tempo Integral para os Anos Iniciais, sugerimos dinâmicas, brincadeiras espontâneas, os jogos, as danças e os cantos, as comidas e as roupas, as múltiplas formas de comunicação, de expressão, de criação e de movimento, o exercício de atividades do cotidiano e a investigação científica.

No entanto, é fundamental organizar uma diretriz pedagógica capaz de integrar os diferentes campos do conhecimento, bem como as várias dimensões formadoras dos estudantes, demandadas pela contemporaneidade. Cabe à escola e às propostas pedagógicas apresentadas por ela garantir experiências que possibilitem seu desenvolvimento e que o aluno se sinta capaz de projetar um futuro em que os estudos e sua formação integral estejam em seu horizonte.

Segundo Morin (2001), será necessário ensinar e aprender tendo em vista o conhecimento de mundo, conhecer e compreender o contexto, seja ele global, multidimensional ou complexo. Sendo assim, a educação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental deve promover competências e aprendizagens para que os sujeitos estejam aptos a considerar e compreender as questões complexas e contextualizadas. E, neste processo, é necessário estarmos atentos para o momento cognitivo e psicossocial vivido pelo aluno dos Anos Iniciais e cuidar para que os desafios propostos não estejam além do que ele é capaz de realizar naquele momento.

Ao tratar da passagem dos Anos Iniciais aos Anos Finais do Ensino Fundamental, o Currículo Referência do Ipojuca (2020), assim como a Base Nacional Comum Curricular (2017), destaca o cuidado de “realizar as necessárias adaptações e articulações tanto no 5º quanto no 6º ano, para apoiar os estudantes nesse processo de transição”, e conseqüentemente, “evitar ruptura no processo de aprendizagem, garantindo-lhes maiores condições de sucesso” (BRASIL, 2017, p. 57).

2.1.2. A Educação em Tempo Integral no Ensino Fundamental II – Anos Finais

É preciso ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental Anos Iniciais antes de passar à complexificação delas, própria dos Anos Finais, fortalecendo a autonomia dos estudantes nessa etapa de ensino, uma vez que a questão da adolescência na escola nos coloca uma série de desafios e nenhum outro segmento de ensino apresenta saltos em termos de personalidade e capacidades de atuação cognitiva tão significativos quanto cada um dos quatro Anos Finais do Ensino Fundamental.



Portanto, propor projetos e dinâmicas que considerem essa complexidade pode aproximar professores e estudantes, contribuindo para a aprendizagem significativa.

Vale ressaltar que soma-se ao desafio enfrentado para implementar a Educação em Tempo Integral nos Anos Finais do Ensino Fundamental a fragmentação a qual, em alguns aspectos, dificulta a rotina escolar dos estudantes, os quais vivenciam novas experiências na sua trajetória escolar, como, por exemplo, o aumento do número de professores, a interação com professores especialistas, níveis de exigências distintos e práticas pedagógicas diferenciadas. Ou seja, os estudantes se deparam com novas demandas e realidades, o que lhes exige maior responsabilidade e adaptação.

Assim, o que a princípio é somente uma divisão estratégica-operacional, que define esta etapa educacional obrigatória no país, pode ser um aspecto que colabora para ocultar as especificidades das diretrizes pedagógicas para os Anos Finais. Essas rupturas se passam, notadamente, na interação dos discentes com os docentes que, agora, são em maior número e, atuam didática e pedagogicamente de formas distintas e acompanham os estudantes em contextos diferenciados. Daí a necessidade de sempre haver, entre esses personagens do campo escolar, diálogo e articulação em benefício dos processos de ensino e das aprendizagens.

Assim, como nos Anos Iniciais, nos Anos Finais propomos a utilização dos espaços físicos e dos sujeitos da aprendizagem, bem como das potencialidades da Unidade Escolar. Sugerimos, com isso, que as aulas sejam “geminadas” no intuito de criar mais períodos de interação entre os estudantes e os(as) professores(as) e, dessa maneira, oportunizar momentos de contextualização, ou seja, de construção de saberes a partir de vivências significativas.

De acordo com os dispositivos legais, na parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental, será incluído, obrigatoriamente, a partir do 6º ano, o ensino de, pelo menos, uma língua. Na Educação em Tempo Integral no Município, sugerimos o estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) que se configura como espaço e tempo de apropriação de saberes, de convivência, troca de experiência e de conhecimento.

Vale lembrar que ampliar a jornada escolar não significa, exclusivamente, aumentar o tempo em sala e dar maior ênfase a componentes curriculares como Matemática e Língua Portuguesa, mas expandir as oportunidades educativas e formativas para que sejam privilegiadas todas as dimensões humanas.

Assim, ao se planejar o trabalho pedagógico, deve-se ter como núcleo a organização do tempo, dos ambientes e dos materiais didáticos, de modo que, integrados, possibilitem uma rotina condizente com os interesses e as necessidades do estudante, tendo em vista as particularidades e o contexto real/local.



2.2. Organização dos Tempos e Espaços na Educação Especial

A Proposta Pedagógica da Escola Municipal em Tempo Integral do Ipojuca pensa a educação integral na perspectiva da necessidade de expansão das experiências de aprendizagens e do tempo e que estes se articulem com as ações da escola junto à comunidade através de projetos.

Para tanto, a escola trabalhará com um planejamento situacional, envolvendo aspectos relevantes, dentre os quais cabe destacar: atitude permeável à diversificação e à flexibilização dos processos de ensino; adoção de currículos abertos e de ofertas curriculares múltiplas em sua execução, em substituição a estruturas curriculares uniformes, homogeneizantes e inflexíveis; aspectos indispensáveis à viabilização do processo educacional inclusivo.

Ao considerarmos as especificidades dos estudantes da educação inclusiva, compreendemos que os espaços e os tempos para os estudantes com deficiência ou com Transtorno Global do Desenvolvimento/Transtorno do Espectro Autista (TGD/TEA), matriculados no Ensino Fundamental, poderão ter flexibilização da carga horária anual quando houver impossibilidade das condições de saúde física e/ou mental, atestadas por profissional da área médica e posteriormente avaliada pela Equipe da Gerência de Educação Especial e Inclusiva (GEINC) da Secretaria de Educação do Município do Ipojuca.

Por sua vez, os estudantes com Deficiência Múltipla (DM), Deficiência Intelectual (DI), Deficiência Auditiva/Surdez, Deficiência Visual/Cegueira, Surdocegueira, Altas Habilidades/Superdotação e TGD/TEA terão conteúdos do Currículo em Movimento da Educação Básica e da Base Comum ministrados pelo professor regente, podendo ter redução de horário no caso de atividades diversificadas, conforme necessidade e especificidade de cada um.

Quando se tratar dos estudantes, público alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE), dispostos na Resolução CNE/CEB nº 04 do Ministério da Educação e Resolução CME-Ipojuca Nº 01/2021, estes serão atendidos nas Salas de Recursos Multifuncionais no horário destinado à parte diversificada do currículo da educação em tempo integral.

Sempre que necessário, o estudante das Escolas Municipais em Tempo Integral serão acompanhados por psicólogos e equipe multidisciplinar especializada da Gerência de Educação Especial (GEE), em conformidade com a Resolução CME-Ipojuca Nº 01/2021.

Os estudantes com deficiência devem seguir a rotina programada das Escolas em Tempo Integral, exceto aqueles que apresentarem condicionantes que o impossibilitem, as quais deverão ser avaliadas por equipe multidisciplinar da GEE.



2.3. Organização dos Tempos e Espaços na Educação do Campo

A educação se configura dentro dos territórios, na relação com as comunidades e entre seus indivíduos e é intrinsecamente social. Essa interação é ainda mais forte quando se considera os aspectos culturais e históricos das comunidades, em especial daquelas tradicionais, como é o caso das comunidades do campo.

O desenvolvimento da Política Básica de Educação Integral e Integrada nestas escolas está pautado fundamentalmente pelos **princípios de respeito e organização social destas populações, com o objetivo de fortalecer o papel da comunidade e da escola como responsáveis pela aquisição dos conhecimentos.**

A continuidade do diálogo e do acompanhamento sistemático na Educação Integral e Integrada são ações elementares e qualificadas nas Escolas do Campo do Ipojuca.

Em consonância com os princípios da Educação do Campo, a Educação Integral deve:

- I. Garantir aos estudantes e suas comunidades, o acesso e apropriação crítica dos conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos da sociedade;
- II. Ampliar a compreensão crítica da realidade e sua capacidade de atuação sobre ela;
- III. Reconhecer as demandas iminentes do território campesino como instrumento de ensino;
- IV. Reconhecer, valorizar e fortalecer a identidade dos povos do campo.

Sempre que necessário, as demandas referentes às Escolas em Tempo Integral do Campo serão apresentadas em orientações complementares.

3. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A organização do trabalho pedagógico nas escolas em tempo integral deve vislumbrar uma reorganização dos tempos para as aprendizagens, tendo em vista abranger todas as áreas de conhecimento, atender ao Currículo Referência do Ipojuca (2020), às particularidades locais (realidade sociocultural da comunidade), bem como ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

3.1. Espaços-Tempos de Vivência Pedagógica

Para atender às necessidades de uma sociedade em constante transformação, as escolas precisam ser interdisciplinares, dinâmicas e questionadoras. Pois, a participação articulada e reflexiva entre os atores escolares e a mobilização dos potenciais educativos da comunidade local são fatores de extrema importância para o sucesso da Educação em Tempo Integral e devem estar presentes nos diversos níveis de planejamento. É preciso que os(as) professores(as), sendo pesquisadores(as) da prática, estabeleçam conexões entre os diversos saberes e desenvolvam um currículo integrado, interdisciplinar e interdimensional, no qual o estudante atue como sujeito, construtor de aprendizagens integradas que façam sentido para ele. Aqui chamamos de **currículo interdimensional** aquele que possibilita o exercício dos atuais quatro pilares da Educação, segundo a Comissão Internacional sobre Educação da UNESCO: *o aprender a conhecer, o aprender a ser, o aprender a fazer e o aprender a viver*.

Para os educadores, o grande desafio da vivência em tempo integral não é a reorganização metódica dos estudos, mas a tomada de consciência sobre o sentido da ação humana no mundo. É necessário criar novos modos de sentir e ver o mundo, criar uma nova cultura e superar obstáculos, tais como: peso da rotina, rigidez das estruturas mentais, conformismo e conservadorismo dos educadores que supõem a superioridade do ensino organizado exclusivamente conforme a estrutura de disciplinas.

Assim sendo, para que o professor(a) cumpra seu papel com excelência, será necessário oferecer aulas criativas e atrativas, inclusive no modo da disposição das carteiras ou mesmo na exploração de espaços fora da escola, dando ao estudante oportunidades de constituir experiências ricas e significativas. Nem sempre é rápido romper com o que estamos acostumados a fazer, mas a perseverança é necessária para cumprir as demandas por uma escola mais comprometida com a

formação dos estudantes que saibam pesquisar e adquirir conhecimentos com autonomia, para viver num mundo em rápida transformação.

Considerando esses pressupostos, é importante perceber que assim como há diversas formas de ensinar, há diferentes modos de aprender, seja por imitação; por memorização; por coerção; por tentativa e erro; por métodos lógicos e demonstráveis de experimentação; por estudo e reflexão sobre os próprios erros etc. Aprendizagem é sempre algum tipo de ação (mental, emocional ou corporal) com o mundo, mediada pelo outro, pela linguagem, pelo contexto social. Para facilitar a compreensão, podemos dividir os tipos de aprendizagem em dois grupos de estratégias, como demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 01: Diferenças Esquemáticas de Estratégias de Aprendizagem.

DIFERENÇAS ESQUEMÁTICAS DE ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM	
MAIS ATIVA	MENOS ATIVA
Observação	Memorização
Formulação e investigação de hipóteses	Reprodução de informações
Resolução de problemas por enfoque de compreensão profunda	Resolução de problemas como ilustração de conteúdo memorizado
Investigação prática (métodos de experimentação “mão na massa” e de trabalho de campo)	Reprodução de protocolos e tutoriais fechados
Tentativa e erro	Imitação de método
Comparação de diferentes estratégias	Repetição de uma mesma estratégia
Construção de responsabilidade de trabalho em grupos (colaboração, debate, cocriação) Foco individual.	Não construção de responsabilidades coletivas
Registro processual (tornar a aprendizagem visível para si e para o outro)	Não realização de registro de processo (aprendizagem fica invisível no processo)
Estudo teórico (enfoque de construir para si compreensão profunda)	Exposição teórica (enfoque de receber transmissão de informações teóricas de alguém)
Desenvolvimento de performances perante outros (encenar, explicar, demonstrar etc.)	Estudo sozinho
Criação de critérios coletivos de avaliação	Recebimento de critérios de avaliação prontos

Todas essas estratégias de aprendizagem podem ter relevância e pertinência no desenho das didáticas de todas as áreas do conhecimento e das diferentes pedagogias. Todas podem ser combinadas e mobilizadas de diversas formas dependendo do objetivo do currículo. Como afirmam

muitos autores (MORAN 2015; MOREIRA, 2014; ZABALA, 1998), as estratégias metodológicas precisam acompanhar os conteúdos e os objetivos pretendidos em um percurso de aprendizagem coerente e pertinente.

Mediante o exposto, ressalta-se que todos os espaços intra ou extraescolar oferecem grandes oportunidades de ampliação de conhecimento e é salutar que parte da produção escolar seja, em tempos em tempos, compartilhada e problematizada junto à família e à comunidade (estratos da sociedade). Além disso, a aula, espaço-tempo privilegiado de formação humana, acadêmica e profissional (SILVA, 2011), pode ocorrer em diversos espaços e horários organizados consoante os objetivos de aprendizagens e o Currículo Referência do Ipojuca (2020). É fundamental dialogar com todos os atores da escola sobre os espaços e os tempos para organização do trabalho pedagógico.

3.1.1. Coordenação Pedagógica: espaço-tempo de construção coletiva

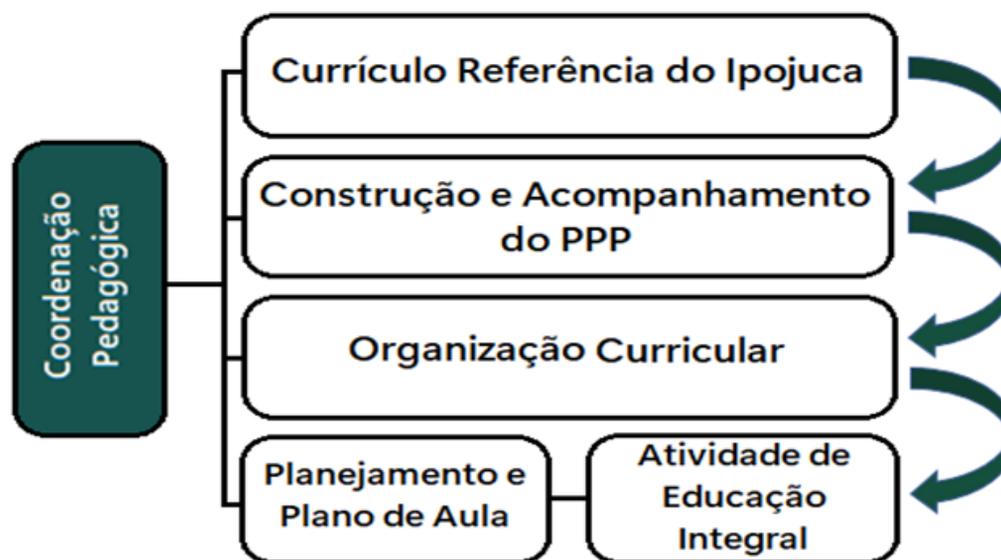
Para construirmos uma proposta pedagógica de Educação em Tempo Integral precisamos ressignificar nas nossas escolas os espaços e os tempos de coordenação pedagógica reconhecendo que seus objetivos e suas finalidades estão voltadas à formação continuada dos profissionais da educação, bem como, à construção, à discussão, ao acompanhamento, ao monitoramento e à avaliação do PPP enquanto espaço de reflexão institucional.

É importante que os sujeitos da coordenação reconheçam, também, o espaço escolar (re)pensando a organização dos *fazeres pedagógicos* num processo de ação-reflexão-ação. Assim, o PPP deve ser assumido enquanto instrumento emancipador e dialético, ou seja, como “eixo norteador do trabalho da Unidade Escolar e da coordenação pedagógica – espaço de formação continuada do professor, procurando mostrar a indissociabilidade entre ambos” (SILVA, 2007, p. 136).

Portanto, ressaltamos a importância da prática pedagógica sistemática de avaliação do PPP nas escolas em tempo integral, para que todos tenham acesso à gestão, às práticas pedagógicas e aos resultados da aprendizagem que são fundamentais para uma avaliação crítica- reflexiva das ações em nossas escolas, pois, a elaboração do PPP “requer uma reflexão profunda sobre as finalidades da Unidade Escolar, sobre o reconhecimento de sua historicidade e sobre um processo de autoavaliação que possibilite construir uma nova organização do trabalho escolar” (SILVA, 2007, p. 139).

O fluxograma a seguir representa a ação nos espaços e nos tempos da coordenação pedagógica:

FIGURA 02: Coordenação Pedagógica.



3.2. Organização da Matriz Curricular na Educação em Tempo Integral

A Educação em Tempo Integral na Rede Pública de Ensino do Ipojuca tem por base uma proposta educacional formativa, que visa ao pleno desenvolvimento humano, conforme preconiza o Currículo da Educação Básica.

No contexto atual, busca-se uma ampliação qualificada do tempo, composta por atividades educativas diferenciadas no campo das ciências, da cultura, das artes, das tecnologias, entre outras, as quais articuladas aos componentes curriculares e às diversas áreas do conhecimento, bem como às vivências e práticas socioculturais, compõem o currículo integrado e formam essa nova matriz curricular.

3.2.1. Matriz Curricular do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais

A matriz curricular de referência para as Unidades Escolares de Ensino Fundamental inseridas na perspectiva da Educação em Tempo Integral, como em todas as outras escolas da Rede, deverá atender à concepção de educação estabelecida pela política educacional da Secretaria de Educação do Ipojuca, considerando, sobretudo, os preceitos legais vigentes, os documentos norteadores dessa política e as expectativas da comunidade na qual a Unidade Escolar está inserida (QUADRO 02 e 03).



QUADRO 02: Matriz Curricular de Referência do Ensino Fundamental (Anos Iniciais).

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO IPOJUCA										
Educação Básica: Ensino Fundamental (Anos Iniciais)										
Organização Escolar em Tempo Integral de 10 módulos/aula diários										
Base legal	Divisão do Currículo	Áreas do Conhecimento	Componentes Curriculares	Ensino Fundamental						
				Anos Iniciais						
				1º	2º	3º	4º	5º		
Lei Federal nº 9.394/1996; Lei Federal nº 11.274/ 2006; Parecer CNE/CEB nº 11/2010; Resolução CNE/CEB nº 07/2010; Parecer CNE/CEB nº 06/2005; Resolução CNE/CEB nº 03/2005; Resolução CEE/PE nº 02/2007.	Base Nacional Comum	Linguagem	Língua Portuguesa	8	8	8	8	8		
			Língua Inglesa	-	-	-	-	-		
			Educação Física	2	2	2	2	2		
			Arte	2	2	2	2	2		
		Matemática	Matemática	7	7	7	7	7		
		Ciências da Natureza	Ciências	2	2	2	2	2		
		Ciências Humanas	História	2	2	2	2	2		
			Geografia	2	2	2	2	2		
		Lei Federal nº 9.394/ 1996; Lei Federal nº 11.494/2007; Lei Federal nº 13.005/2014; Resolução CNE/CEB nº 04/2010; Resolução CNE/CEB nº 07/2010; Lei nº 1.806/2015 PME/ IPOJUCA.	Parte Diversificada	Projetos Integradores	(Multi)letramento, Cultura e Arte	4	4	4	4	4
					Cultura Corporal: Esporte, Lazer e Saúde	4	4	4	4	4
Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente	4				4	4	4	4		
Educação para a Cidadania	4				4	4	4	4		
Acompanhamento Pedagógico	Matemática			2	2	2	2	2		
	Língua Portuguesa			2	2	2	2	2		
Língua Brasileira de Sinais (Libras)	2			2	2	2	2			
Língua Inglesa	2			2	2	2	2			
Orientação de Estudo	1			1	1	1	1			
Total de módulos – Aulas Semanais				50	50	50	50	50		
Total Anual de horas				2000	2000	2000	2000	2000		
Observação: O dia letivo será aproveitado integralmente, incluindo o horário de intervalos e almoço, os quais devem ser trabalhados na forma de práticas educativas, com orientações e acompanhamento de professores(as) e/ou monitores.										
Dias letivos anuais: 200 (duzentos)			Dias letivos semanais: 5 (cinco)							
Módulo-aula diários: 10 (dez)			Módulo-aula semanal: 50 (cinquenta)							

QUADRO 03: Matriz Curricular de Referência do Ensino Fundamental (Anos Finais).

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO IPOJUCA									
Educação Básica: Ensino Fundamental (Anos Finais)									
Organização Escolar em Tempo Integral de 10 módulos/aula diários									
Base legal	Divisão do Currículo	Áreas do Conhecimento	Componentes Curriculares	Ensino Fundamental					
				Anos Finais					
				6º	7º	8º	9º		
Lei Federal nº 9.394/1996; Lei Federal nº 11.274/ 2006; Parecer CNE/CEB nº 11/2010; Resolução CNE/CEB nº 07/2010; Parecer CNE/CEB nº 06/2005; Resolução CNE/CEB nº 03/2005; Resolução CEE/PE nº 02/2007.	Base Nacional Comum	Linguagem	Língua Portuguesa	6	6	6	6		
			Língua Inglesa	2	2	2	2		
			Educação Física	2	2	2	2		
			Arte	2	2	2	2		
				Matemática	Matemática	6	6	6	6
				Ciências da Natureza	Ciências	3	3	3	3
				Ciências Humanas	História	2	2	2	2
					Geografia	2	2	2	2
		Lei Federal nº 9.394/ 1996; Lei Federal nº 11.494/2007; Lei Federal nº 13.005/2014; Resolução CNE/CEB nº 04/2010; Resolução CNE/CEB nº 07/2010; Lei nº 1.806/2015 PME/ IPOJUCA.	Parte Diversificada	Projetos Integradores	(Multi)letramento, Cultura e Arte	4	4	4	4
					Cultura Corporal: Esporte, Lazer e Saúde	4	4	4	4
Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente	4				4	4	4		
Educação para a Cidadania	4				4	4	4		
				Acompanhamento Pedagógico	Matemática	2	2	2	2
					Língua Portuguesa	2	2	2	2
				Língua Brasileira de Sinais (Libras)	2	2	2	2	
				Projeto de Vida	2	2	2	2	
				Orientação de Estudo	1	1	1	1	
Total de módulos – Aulas Semanais				50	50	50	50		
Total Anual de horas				2000	2000	2000	2000		
Observação: O dia letivo será aproveitado integralmente, incluindo o horário de intervalos e almoço, os quais devem ser trabalhados na forma de práticas educativas, com orientações e acompanhamento de professores(as) e/ou monitores.									
Dias letivos anuais: 200 (duzentos)			Dias letivos semanais: 5 (cinco)						
Módulo-aula diários: 10 (dez)			Módulo-aula semanal: 50 (cinquenta)						

3.2.2. A Parte Diversificada da Matriz Curricular

A **Parte Diversificada** constitui, com a Base Nacional Comum, o currículo integrado. Logo, deve estar articulada com as demais áreas do conhecimento, contemplando um ou mais componentes curriculares. Ademais, compreende as atividades relativas ao tempo ampliado, proporcionando mais possibilidades de aprendizagem aos estudantes. Tais atividades devem constar no PPP, com base no Currículo Referência do Ipojuca, devendo ser realizadas por meio de:

- *Projetos Integradores;*
- *Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;*
- *Língua Inglesa (apenas para os Anos Iniciais);*
- *Acompanhamento Pedagógico;*
- *Projeto de Vida (apenas para os Anos Finais);*
- *Orientação de Estudo.*

A matriz curricular proposta para a Educação em Tempo Integral contempla 10 módulos-aula diários de 50 minutos cada (incluindo o tempo destinado a almoço e descanso), totalizando 10 horas/relógio diárias, abrangendo 50 módulos-aula semanais.

Nas Escolas em Tempo Integral do Campo que contemplam aos Anos Iniciais, 1º ao 5º ano, face às demandas iminentes do território campesino, os 5 módulos-aula diários da Parte Diversificada da Matriz Curricular poderão ter duração de 40 minutos cada, devendo este ajuste ser aprovado pelo Conselho Escolar da Unidade de Ensino e a Secretaria de Educação do Ipojuca. Neste caso excepcional, a Educação em Tempo Integral das Escolas do Campo dos Anos Iniciais totalizará 9 horas e 10 minutos diários (horas/relógio), abrangendo 50 módulos-aula semanais.

Além de buscar atender demandas locais das comunidades escolares do campo como, por exemplo, dirimir possíveis riscos relacionados ao deslocamento de crianças no crepúsculo vespertino, ou na escuridão da noite, por vias inacessíveis ao transporte escolar, este meio sugerido de flexibilização do horário para as Escolas em Tempo Integral do Campo do Ensino Fundamental I possibilita a manutenção do tempo de aula da Base Nacional Comum e a isonomia em relação ao quantitativo de aulas entre as escolas urbanas e do campo na Parte Diversificada, salvaguardando os princípios da política de igualdade, em conformidade com o Art. 7º da Resolução CNE/CEB nº

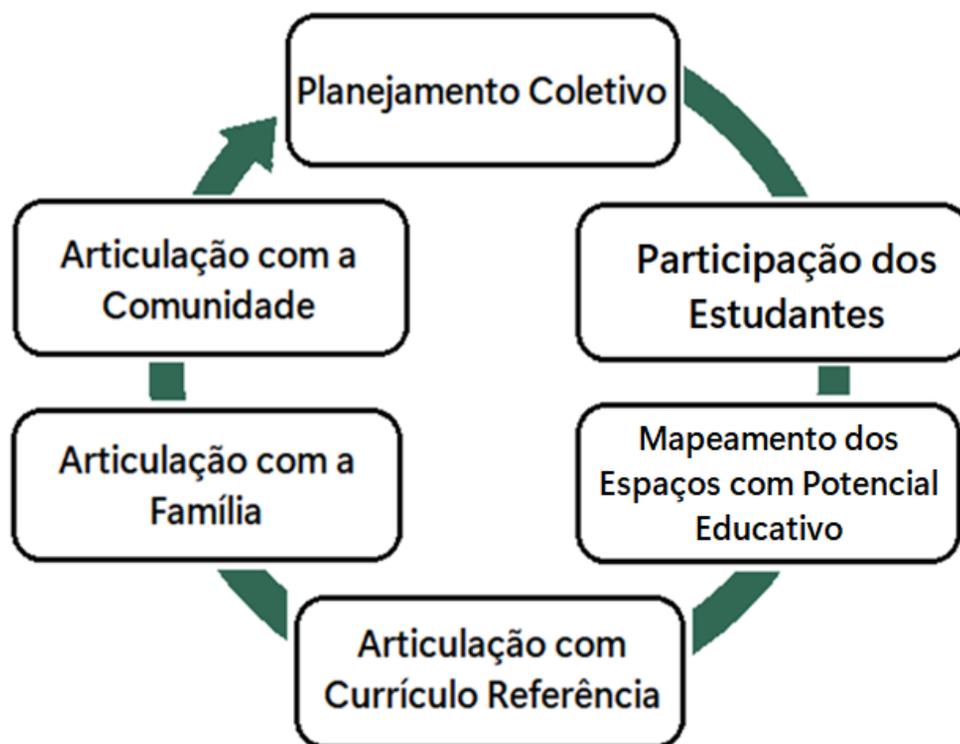
1/2002, que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, estando em conformidade com o Parecer CNE/CEB nº 4/2009, no qual o Conselho Nacional de Educação esclarece as possibilidades de flexibilização de duração da hora-aula na Educação Básica.

A *Parte Diversificada* deve ser trabalhada da perspectiva educativa interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, atendendo às necessidades educacionais da comunidade escolar, exigindo planejamento conjunto, sistematização das ações pedagógicas e diálogo constante entre todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

É primordial inserir a proposta da Política Básica de Educação Integral no Projeto Político Pedagógico da escola para validar a perspectiva educativa que a escola pretende desenvolver.

Apontamos a seguir algumas ações norteadoras fundamentais para potencializar o fazer educativo na Escola em Tempo Integral:

FIGURA 03: Ações que potencializam o fazer educativo.



Caberá à escola a definição dos projetos integradores que serão desenvolvidos ao longo do ano, baseado nos Campos de Integração Curricular. Os(As) professores(as) deverão construir seus planos de trabalho em cada CIC, com base no modelo a seguir:

QUADRO 04: Modelo de Plano de trabalho com Projetos Integradores.

PLANO DE TRABALHO
PROFESSOR(A):
CAMPO DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR:
PROJETO INTEGRADOR:
TEMA(S) CONTEMPORÂNEO(S), TRANSVERSAL(IS) E INTEGRADOR(ES):
CÓDIGO(S) DA(S) HABILIDADE(S):
INTRODUÇÃO (CONTEXTUALIZAÇÃO COM JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS)
METODOLOGIA
PRODUTO FINAL
PREVISÃO/PROPOSTA DE ATIVIDADES E CRONOGRAMA

O(A) professor(a) coordenador(a) tem uma função articuladora, formadora e transformadora, portanto, é o elemento mediador entre currículo e professores(as). Assim, esse profissional vai auxiliar os(as) professores(as) a fazerem as necessárias articulações curriculares para o desenvolvimento dos Projetos Integradores, considerando suas áreas específicas de conhecimento, os estudantes com quem trabalham, a realidade sociocultural da escola e os demais aspectos das relações pedagógicas e interpessoais que se desenvolvem na sala de aula e na Instituição de Ensino.

Para que estes Campos de Integração Curricular se materializem em projetos e ações escolares de aprendizagem e protagonismo, proporcionando um diálogo integrador com a Base Comum, propomos que ao longo do ano letivo sejam realizadas reuniões de construção, pesquisa e intervenção

a partir do olhar sobre o entorno da escola por meio de *Diálogos Abertos com o Território* na construção dos Projetos Integradores.

3.2.2.1. Projetos Integradores

Os Projetos Integradores se configuram em uma ação curricular ou em um conjunto de atividades pedagógicas e coletivas, realizadas com os estudantes em que se desenvolvem de forma integrada os conhecimentos e saberes, relacionando-os com os conceitos e conteúdos trabalhados nos componentes curriculares da Base Comum, explorando os tempos e os mais variados espaços da escola e do território, e construindo com os sujeitos envolvidos as ações de aprendizagem. Constitui-se como um catálogo de possibilidades de aprendizagens e de desenvolvimento de habilidades, a partir do qual se torna possível superar a fragmentação curricular e articular os saberes.

Esses Projetos possibilitam aos educadores criarem oportunidades de aprendizagem fundadas em situações reais, interessantes e singulares para cada comunidade, agregando valores socioculturais significativos à formação completa dos estudantes. Desse modo, os Projetos Integradores vão além do universo escolar e possibilitam aos sujeitos envolvidos terem outras visões de mundo. Esse movimento de integração de toda a comunidade escolar potencializa o estabelecimento de uma ampla rede de relações e parcerias que muito contribui para o desenvolvimento político, econômico, social e cultural das pessoas que dela fazem parte. Nesse sentido, o currículo construído em todas as suas dimensões e ações deve ser elaborado de forma a garantir a flexibilização, o protagonismo dos estudantes, o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes por meio de ações e atividades que contemplem a abordagem de conhecimentos, as experiências e atitudes que se materializam na formação humana integral, gerando reflexão crítica, criatividade, e ampliando o letramento social com autonomia.

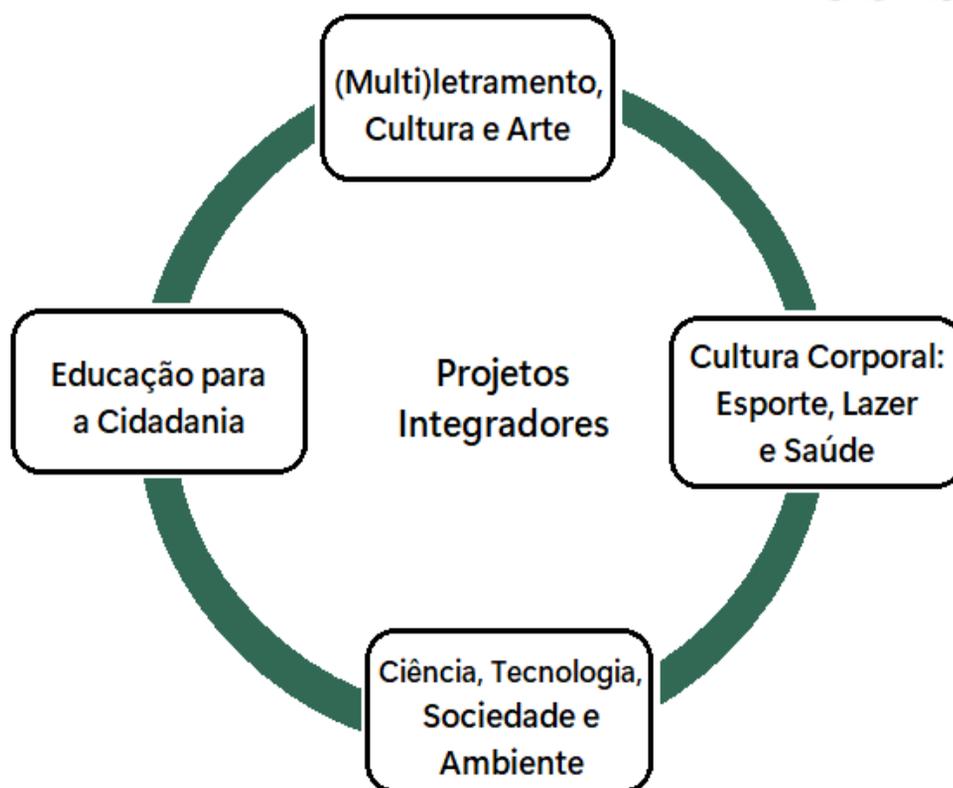
Os projetos integradores permitem pensar para além da sala de aula teórica e reconhecer práticas e aprendizagens que podem ser realizadas em outros espaços que não apenas os convencionais de ensino e que traz aos estudantes, possibilidades de desenvolver competências e

habilidades que os fortalecem enquanto sujeitos que buscam aprender, conhecer e ser feliz, e que também oferecem aos estudantes, condições de experimentar diferentes aprendizagens que os ajudarão na composição de seus projetos de vida.

Os Projetos Integradores da matriz da Educação Integral do Ensino Fundamental devem ser estruturados ao longo do ano letivo a partir da perspectiva dos seguintes Campos de Integração Curricular (CIC):

- I. (Multi)letramento, Cultura e Arte (MCA);
- II. Cultura Corporal: Esporte, Lazer e Saúde (CC);
- III. Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA);
- IV. Educação par Cidadania (EC).

FIGURA 4: Integração entre os campos.



Os Campos de Integração Curricular (CIC) que compõem os Projetos Integradores são campos de ação pedagógico-curricular interdisciplinares no qual se desenvolvem atividades interativas e integradas aos componentes da Base Nacional Comum, com vistas a dar organicidade ao conjunto de atividades didático-pedagógicas dos Projetos Integradores.

Além da perspectiva de integração aos componentes da Base Nacional Comum, dos princípios da *Integralidade*, *Intersetorialidade*, *Transversalidade*, *Territorialidade* e *Diálogo Escola-comunidade*, os Campos de Integração Curricular (CIC) devem trazer aos Projetos Integradores os



Temas Contemporâneos Transversais e Integradores do Currículo Referência do Ipojuca (2020), quais sejam, Educação em Direitos Humanos; Direitos da Criança e do Adolescente; Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso; Educação Ambiental; Educação para o Consumo e Educação Financeira e Fiscal; Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena; Diversidade Cultural; Relações de Gênero; Educação Alimentar e Nutricional; Educação para o Trânsito; Trabalho, Ciência e Tecnologia; Saúde, Vida Familiar e Social.

Assim, os Campos de Integração Curricular (CIC) devem reafirmar a importância dos conteúdos específicos de cada componente curricular, dos Temas Transversais e Integradores do Currículo Referência do Ipojuca e transcender as fragmentações do padrão constituído por disciplinas isoladas, a partir do diálogo entre componentes e áreas do conhecimento para a proposição de ações e atividades dentro dos Projetos Integradores.

- (Multi)letramento, Cultura e Arte (MCA)

As ações neste Campo de Integração Curricular deverão possibilitar a suplementação dos métodos de letramento focados nos textos impressos e escritos, abordando diferentes possibilidades expressivas e multimodais da comunicação, visando a inclusão e o desenvolvimento artístico e cultural dos estudantes.

Considerando que o multiletramento refere-se à capacidade de identificar, interpretar, criar e comunicar significado por meio de uma variedade de formas de comunicação, como a visual, oral, corporal, musical, alfabética, emocional, espacial, dentre outras, este CIC busca contribuir com os Projetos Integradores contemplando variadas formas de construir sentidos em nossa sociedade, explorando as potencialidades e a pluralidade linguística inerente às atividades artísticas. Desse modo, essa é uma abordagem que busca contribuir para tornar o processo de ensino-aprendizagem dinâmico, inclusivo e diversificado.

O Campo de Integração Curricular *(Multi)letramento, Cultura e Arte (MCA)* deve proporcionar ao estudante o desenvolvimento do repertório cultural, assim como é preconizado pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC, os alunos devem valorizar e fruir as mais diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais como mundiais, assim como também participarem de práticas diversas da produção artístico-cultural, estabelecido como de fundamental relevância para o estudante conhecer, identificar, compreender e reconhecer a importância das mais diversas manifestações artísticas e culturais.

Para tanto, os estudantes necessitam desenvolver habilidades, dentro do repertório cultural de acordo com a BNCC, tais como:

1. Investigação e identidade cultural: reconhecer e discutir o significado de eventos e manifestações culturais e da influência da cultura na formação de grupos e identidades.
2. Consciência multicultural: desenvolver senso de identidade individual e cultural e demonstrar curiosidade, compreensão e respeito com diferentes culturas e visões de mundo.
3. Respeito à diversidade cultural: experimentar diferentes vivências culturais e compreender a importância de valorizar identidades, tradições, manifestações, trocas e colaborações culturais diversas.
4. Mediação da diversidade cultural: reconhecer os desafios e benefícios de se viver e trabalhar em sociedades culturalmente diversas e explorar novas formas de reconciliar valores e perspectivas culturais diferentes ao abordar desafios em comum.

A área da Arte é permeada de diversas linguagens artísticas (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro) além das formas estéticas híbridas, tais como as artes circenses e o cinema, que possibilitam aos estudantes articularem saberes referentes a produtos e processos artísticos, que envolvem a construção do conhecimento.

Na Arte, a construção do conhecimento perpassa pela abordagem das linguagens, articulada pelas dimensões do conhecimento, como propõe a BNCC, com as dimensões da expressão artística, criação, análise, fruição, reflexão e crítica, que caracterizam a singularidade da experiência artística, criando possibilidades para o desenvolvimento do saber estético e artístico, a relação entre cultura, arte, a interação crítica dos alunos com a complexidade da sociedade, além de favorecer o respeito às diferenças e o diálogo entre culturas, etnias, de modo geral importantes para a prática da cidadania.

A aprendizagem nesse campo precisa alcançar a experiência, vivência artísticas, culturais, de multiletramentos, como prática social, permitindo que os estudantes sejam criadores e protagonistas.

O professor do Campo *(Multi)letramento, Cultura e Arte (MCA)* deve possibilitar a fruição de manifestações culturais e artísticas plurais e estimular os alunos a se expressarem artisticamente por meio das diversas linguagens das artes. O professor pode ainda propor experiências alicerçadas na criatividade e tendo os estudantes como autores, através de práticas de multiletramento.

Por meio da cultura local, algumas linguagens e expressões da arte surgem na localidade, assim, compondo a identidade daquela comunidade. De forma, que o professor deve englobar esses conhecimentos, criando possibilidades para o desenvolvimento dos saberes artísticos, que faz parte de

sua coletividade, do que tem sentido para o estudante e para a sua comunidade, de acordo com os princípios da territorialidade.

- **Cultura Corporal: Esporte, Lazer e Saúde (CC)**

As ações deste Campo de Integração Curricular (CIC) deverão oportunizar práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento crítico e reflexivo dos estudantes por meio da cultura corporal em suas diferentes manifestações, com destaque para a cultura corporal do movimento. Esta forma de entendimento sobre a consciência corporal e de movimento permite que este Campo de Integração Curricular dialogue com os demais CICs – e com os demais componentes curriculares da Base Comum e da Parte Diversificada do currículo - na construção de projetos integradores inter e transdisciplinares, por considerar o indivíduo como ser único, mas também como parte integrante da sociedade e do mundo do outro. Estas nuances e possibilidades estarão postas em suas relações com os aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais e emocionais (IPOJUCA, 2020, p. 339).

As práticas corporais possibilitam elementos fundamentais comuns ao movimento corporal como elemento essencial; organização interna (de maior ou menor grau), pautada por uma lógica específica; e produto cultural vinculado com o lazer/entretenimento e/ou o cuidado com o corpo e a saúde (BRASIL, 2017, p. 225).

Assim, o Campo de Integração Curricular “*Cultura Corporal: Esporte, Lazer e Saúde*” estará alinhado com os princípios e objetivos da Educação Integral por promover o trato educacional pautado no conhecimento atual, diversificado e dialógico, fomentando, desde o início da trajetória do aluno, o protagonismo estudantil e sua identificação com o território em sua concepção local e ampla.

Essa transformação pode ocorrer já na educação infantil, com o trato do movimento e do lúdico, passando pelo ensino fundamental (anos iniciais e finais), culminando no resgate da autoconsciência corporal na Educação de Jovens e Adultos – EJA (IPOJUCA, 2020, p. 33).

Na prática, além do incentivo à formação cidadã usufruinte dos eixos temáticos da educação física escolar (jogos, esportes, danças, lutas, ginásticas e práticas corporais de aventura), este CIC deverá lançar mão de entendimento do conceito amplo em saúde e de seus determinantes sociais e

biológicos, com foco principal na qualidade de vida e no bem-estar do indivíduo (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2010).

Nesse sentido, torna-se aplicável o desenvolvimento de atividades pedagógicas interativas – dentro e fora do espaço escolar – tratantes de temáticas envolvendo alimentação saudável, esporte participação e esporte competição, nível de atividade física, qualidade do sono, felicidade, elementos da saúde mental e cultura de paz, recorrendo, inclusive, a parcerias com programas e projetos públicos como o “Programa Saúde na Escola” e ao modelo de abordagem pedagógica “Escola Promotora de Saúde”, este último proposto pela Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), Fundo nas Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pela Organização Mundial de Saúde (UNESCO, 2021).

- Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA)

Tem por objetivo uma educação científica orientada para o exercício da cidadania a partir de uma visão integrada da natureza da Ciência, das tecnologias e das relações mútuas que estabelecem entre si, com a sociedade e o ambiente. Visa uma abordagem de ensino dinâmica e contextualizada, capaz de dotar os estudantes de competências para agir e interatuar de forma ética, consciente e responsável com o meio que os rodeia.

Na colaboração com os Projetos Integradores, as atividades deste Campo de Integração Curricular (CIC) devem buscar a interface com as tecnologias sociais e sustentáveis, com as economias solidárias e criativas, com a preservação do meio ambiente, com a cultura e com outras temáticas presentes no contexto dos estudantes, potencializando os processos educativos e impactando de forma positiva os resultados da aprendizagem, contribuindo efetivamente para uma sociedade justa, sustentável, democrática e inclusiva (IPOJUCA, 2020, p. 40)

- Educação para a Cidadania (EC)

O Campo de Integração Curricular *Educação para a Cidadania* propõe reflexões sobre o respeito às diferenças e a valorização das diversidades étnicas, de gênero, religiosas, sociais e culturais, além do estabelecimento de relações entre cidadania e democracia, compreensão dos direitos fundamentais, apresentação da noção de dignidade da pessoa humana como fundamento dos direitos humanos, estudo e análise das lutas históricas pelos direitos e exame das principais práticas de

participação políticas e sociais. Este Campo de Integração Curricular aborda temas como cidadania e democracia; historicidade dos direitos humanos; direitos fundamentais: direito político, direito social, direitos civis e direitos difusos; dignidade da pessoa humana como fundamento dos Direitos Humanos; práticas de participação políticas e sociais; lutas e conquistas por direitos, ações afirmativas e movimentos sociais: as identidades étnico-raciais e as relações de gênero.

A proposta é ajudar os estudantes a se formarem enquanto pessoas responsáveis, autônomas, solidárias, que conheçam e exerçam seus direitos e deveres em diálogo e respeito aos outros. Este CIC pretende inserir a perspectiva da educação em direitos humanos, o respeito às diferenças e valorização das diversidades e a prática da cidadania.

3.2.2.2. Acompanhamento Pedagógico (Língua Portuguesa e Matemática)

Campo da Parte Diversificada que ampliará o letramento dos estudantes por meio de atividades dirigidas dos componentes Língua Portuguesa e Matemática com foco no desenvolvimento do letramento social. O *Acompanhamento Pedagógico* deve ser entendido na perspectiva de uma prática de ensino voltada às ações cotidianas, na qual se possa alfabetizar/calcular-letrando, havendo, portanto, a necessidade de uma mudança nas perspectivas pedagógicas tradicionais, pois o processo de ensino e de aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, na escola, não pode ser visto como um mundo à parte e não ter a finalidade de preparar o sujeito para a realidade social na qual se insere.

Assim, além de integrar as práticas pedagógicas que ampliem o letramento e construam um currículo integrado, esse campo precisa também congrega pessoas que estão no desenvolvimento das ações pedagógicas da escola atuando tanto na Base Comum quanto da Parte Diversificada.

O Acompanhamento Pedagógico tem como objetivo o desenvolvimento de atividades que contribuam na aprendizagem e ações de intervenção pedagógica nas habilidades e competências que devem ser desenvolvidas e ampliadas durante o processo de alfabetização, letramento e aprofundamento da Língua Portuguesa e Matemática, com vistas a melhoria das aprendizagens nas demais áreas do conhecimento.

O planejamento dessas aulas deve ser acompanhado e monitorado pelo(a) coordenador(a) escolar. Além disso, o Acompanhamento Pedagógico é de caráter obrigatório para todas as escolas que ofertam a Política Básica de Educação Integral, e está subdividido nas aulas de:

● Acompanhamento Pedagógico (Língua Portuguesa)

Acompanhamento da consolidação das habilidades e competências no processo de alfabetização e letramento dos estudantes, com atividades a partir de sequências didáticas, que possibilitem trabalhar de forma interdisciplinar.

Conforme citado no Caderno de Orientações Pedagógicas do Programa Novo Mais Educação (BRASIL, 2017) o:

“(…) acompanhamento pedagógico de Língua Portuguesa, deve-se atentar que ensinar a ler precisa ser prática que possibilite criar situações nas quais os estudantes reconheçam, identifiquem, analisem e se posicionem diante dos valores e apreciações veiculados nos textos, carece de ser prática por meio da qual se aprenda a participar de hábitos sociais de leitura que existam fora da escola também. Logo, ensinar a ler requer garantir uma grande quantidade de situações e textos de diferentes gêneros para que os alunos tenham inúmeras oportunidades que necessitam para se constituírem em leitores críticos de nossa cultura. É nas práticas sociais que a linguagem escrita se mostra em sua complexidade. Sendo a leitura e a escrita processos que se revelam na interação, é necessário que o professor nesse acompanhamento pedagógico se apresente às crianças como um ativo e interessado usuário dessa linguagem” (p.22).

Portanto, os(as) professores(as) precisam desenvolver práticas pedagógicas planejadas, dinâmicas e interdisciplinares com foco:

- I. *na natureza do sistema alfabético de escrita* – as relações entre som-grafia, a segmentação entre as palavras, as restrições ortográficas;
- II. *no funcionamento da linguagem escrita* – suas características específicas, suas diferentes formas, gêneros.

É importante que esses dois processos sejam trabalhados de forma concomitantes na escola. Ou seja, “não basta colocar os alunos diante dos textos para que aprendam o funcionamento do sistema alfabético, se não é oferecida a possibilidade de participar com sucesso das práticas sociais de leitura, escrita e comunicação oral” (BRASIL, 2017, p. 23).

Desse modo, o acompanhamento de Língua Portuguesa requer um investimento, desde os Anos Iniciais, que deverá ser ampliado nos Anos Finais do Ensino Fundamental, em práticas de ensino e aprendizagem que explorem a oralidade, a leitura, a produção de texto escrito e a análise linguística em seus elementos de discursividade, textualidade, normatividade e apropriação do sistema de escrita alfabética.

● Acompanhamento Pedagógico (Matemática)

O Acompanhamento Pedagógico em Matemática terá como foco metodológico a resolução de problemas. Por meio de jogos, brincadeiras, desafios, do uso das tecnologias e da investigação e experimentação são realizados trabalhos que ampliam a capacidade leitora de gráficos, tabelas, de estimativas e quantificações, que ajudam no desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes em todas as áreas do conhecimento. O desenvolvimento dessas habilidades Matemáticas são primordiais e quando não alcançadas, trazem muitas dificuldades aos estudantes no decorrer de sua vida escolar e profissional.

“O planejamento pedagógico das ações de acompanhamento pedagógico deve considerar que a Matemática é constituída por vários campos de conhecimento e que as habilidades matemáticas a serem desenvolvidas na escola vão além das relativas ao campo da aritmética e da álgebra. É importante propor atividades que possibilitem a consolidação da construção do número e das operações numéricas e algébricas, mas também é importante a proposição de atividades que possibilitem o desenvolvimento de habilidades no campo da geometria, das grandezas e medidas e também do tratamento da informação” (BRASIL, 2017, p. 30).

Portanto, os(as) professores(as) precisam desenvolver práticas pedagógicas planejadas, dinâmicas e interdisciplinares compreendendo que:

- I. o estudante é ativo em sua aprendizagem;
- II. a aprendizagem da Matemática tem que ser significativa;
- III. a resolução de problemas deve ser o foco principal, em razão disso, deve permear todas as atividades;
- IV. a Matemática está por toda parte, assim, é preciso levar os alunos a descobrirem onde a matemática está, ou seja, é preciso contextualizar os objetos matemáticos;
- V. a Matemática é a ciência dos padrões, desta forma, um dos papéis da escola é levar o estudante a descobrir padrões aritméticos, algébricos e geométricos.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o(a) professor(a) deve considerar que a abstração é a internalização da ação, por isso, é importante que as crianças ajam sobre os objetos da Matemática. É importante que o mediador da aprendizagem seja um bom questionador e problematizador das situações (BRASIL, 2017).

Já nos Anos Finais, o acompanhamento pedagógico em Matemática deve considerar que o estudante, nesta fase, está saindo das operações concretas para as operações formais, mas ainda tem absoluta necessidade de internalizar as ações. A Matemática não pode ser apenas um amontoado de números e fórmulas sem sentido. Como o adolescente está em uma fase em que sua capacidade crítica está mais aguçada, ele quer saber os porquês das coisas. A atribuição de sentido à atividade matemática passa pela compreensão da razão de existência dos conceitos e pelas aplicações dos mesmos.

Portanto, na construção do conhecimento matemático é importante que o educador:

- I. estimule os estudantes a estabelecer relações, identificar padrões, descobrir regras, a deduzir fórmulas;
- II. instigue os estudantes a comunicar suas ideias matemáticas e a trocar experiências com os colegas;
- III. encoraje os estudantes a descobrir aplicações práticas da Matemática;
- IV. incentive o uso crítico de novas tecnologias como: softwares, aplicativos e calculadoras.

3.2.2.3. Língua Brasileira de Sinais (Libras)

A Lei Nº 10.436/2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão, ou seja, como um sistema linguístico de natureza visual- motora, com estrutura gramatical própria, proveniente das lutas e conquistas das comunidades de pessoas surdas do Brasil. Além disso, a LIBRAS também é regulamentada como primeira língua na educação bilíngue para surdos pelo decreto Nº 5.626/2005, que considera “[...] a pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.”

Esta legitimação da Libras como língua materna a ser garantida e difundida em território nacional entre pessoas surdas e não surdas estabelece caminhos para oferta de educação inclusiva em uma perspectiva bilíngue e consolida o desenvolvimento de estratégias que promovam o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais por toda a comunidade escolar.

A implementação da Libras no currículo escolar do Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Finais, das escolas em tempo integral da Rede Municipal de Ensino do Ipojuca atende aos direitos educacionais e linguísticos, a cidadania, a igualdade, a equidade e o respeito às diferenças necessários



ao desenvolvimento de uma sociedade plurilíngue e multicultural. Desse modo, é possível elaborar percursos, a médio e longo prazo, para uma sociedade que aceite e saiba dialogar com as diferenças. Portanto, o campo de integração curricular *Língua Brasileira de Sinais (Libras)*, de oferta obrigatória na Educação em Tempo Integral do Ensino Fundamental, pretende inserir a perspectiva da educação em direitos humanos, o respeito às diferenças e valorização das diversidades e a prática da cidadania.

Algumas competências específicas são relevantes para o trabalho com a Libras no que tange o ensino e a aprendizagem:

- I. Compreender a Libras como uma língua natural inerente a cultura das pessoas surdas brasileiras no contexto de um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da Libras contribui para a inclusão dos sujeitos na comunidade surda;
- II. Exercitar-se como sujeito dialógico, criativo, sensível e imaginativo, realizando por meio da Libras o compartilhamento de saberes, reorganizando o que já sabe e criando novos significados, e compreender o mundo, situando-se e vivenciando práticas em diferentes contextos socioculturais;
- III. Reconhecer a imagem do sujeito surdo e suas particularidades culturais e linguísticas identificando similaridades e diferenças entre a língua brasileira de sinais e a língua materna/outras línguas, articulando-as a aspectos sociais, culturais e identitários, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade;
- IV. Comunicar-se na Libras, por meio do uso diversificado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento, de ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas e para o exercício do protagonismo sociolinguístico.

Deste modo, na construção do conhecimento da Libras é importante que o educador propicie aos estudantes:

- I. Vivenciar o reconhecimento dos movimentos corporais por meio de brincadeiras regionais e da cultura surda;
- II. Compreender a importância do contato visual para a comunicação em Libras;
- III. Explorar as relações de espacialidade na comunicação;
- IV. Conhecer a história da comunidade surda no Brasil em relatos ou vídeos;

- V. Conhecer as especificidades das pessoas surdas e designações usadas ao longo da história;
- VI. Realizar a apresentação pessoal com nome próprio, sinal e idade;
- VII. Conhecer as saudações e cumprimentos na Libras e fazer uso nas relações com outros estudantes;
- VIII. Participar de momentos de diálogos para o compartilhamento de vivências, repertório cultural e de emoções;
- IX. Compartilhar regras culturais para estabelecimento do diálogo, como o chamamento de atenção para início ou manutenção da comunicação por entrada em campo visual ou por toque no ombro ou braço;
- X. Reconhecer e utilizar o conhecimento dos substantivos, verbos, adjetivos, pronomes;
- XI. Utilizar de forma autônoma o vocabulário apropriado ao discurso do cotidiano;
- XII. Empregar vocabulário apropriado ao discurso relacionado ao tema de estudo.

O planejamento dessas aulas deve ser acompanhado e monitorado pelo(a) coordenador(a) escolar.

3.2.2.4. Língua Inglesa

A Língua Inglesa se faz presente como integrante da Parte Diversificada da matriz das escolas em tempo integral dos Anos Iniciais (1º ao 5º ano). Compreendemos a presença do ensino de língua inglesa já desde os primeiros anos do Ensino Fundamental como uma ferramenta importante para facilitar a integração social em um ambiente permeado pelo turismo como uma de suas principais atividades econômicas, e também em uma sociedade na qual a língua inglesa, por diversas razões - dentre as quais destacamos as motivações políticas e econômicas - ocupa cada vez mais espaço nas mídias, ganhando o status de língua franca (isto é, por meio dela consegue-se estabelecer relações comunicativas entre sujeitos, independentemente das diferentes línguas maternas).

O objetivo deste componente nos primeiros anos do Ensino Fundamental é prover às crianças uma familiarização inicial com os sons, vocabulário e aspectos culturais da língua inglesa, além de princípios de conhecimentos linguísticos. Desta forma, espera-se que ao término do quinto ano, os estudantes passem para o sexto ano com um conhecimento lexical e fonêmico suficiente para dar continuidade a seus estudos no idioma, sendo capazes de desenvolver futuramente habilidades comunicativas, não apenas o conhecimento gramatical, estrutural.



É reconhecido que quanto mais cedo se tem o contato inicial com uma língua estrangeira, maior será o nível de aprendizado. Logo, aqui estamos oportunizando aos estudantes em escolas em tempo integral a chance de darem início a seu aprendizado na língua inglesa, o que lhe trará grandes benefícios não apenas quando chegar aos conteúdos dos Anos Finais, mas também do ponto de vista cognitivo, uma vez que o ato de aprender uma língua estrangeira também traz benefícios que dão suporte ao desenvolvimento do raciocínio lógico.

O conteúdo programático proposto dará aos estudantes subsídios para iniciarem a estabelecer a comunicação entre seus pares, falando de si e do ambiente em que vivem, bem como compreender pequenos textos que estão presentes nos arredores. Por fim, com o desenvolvimento das habilidades elencadas, espera-se que o estudante comece a expandir seus horizontes culturais, obtendo acesso a outras fontes de pesquisa e assim a outros pontos de vista que certamente ajudarão a embasar seus argumentos futuros. Assim, os ganhos do aprendizado da língua inglesa não são apenas o conhecimento da língua em si, mas também a ampliação do conhecimento de mundo e de possibilidades de exercício da cidadania.

Durante os anos do ciclo de alfabetização (1º e 2º anos), recomenda-se que seja dada ênfase à oralidade, por meio de músicas, contação de histórias, teatrinho, jogos, uso de *flashcards*, *realia*. (objetos reais), etc. A escrita e leitura, nesta etapa, ocupam um espaço secundário, que vai sendo ampliado a partir do terceiro ano, com a introdução de pequenos textos em língua inglesa em gêneros já costumeiros aos estudantes, como convites, bilhetes, listas, receitas, entre outros.

As datas comemorativas, que são parte integrante do cotidiano escolar de forma ampla, também terão seu espaço nos encontros destinados ao ensino-aprendizagem de língua inglesa. No entanto, isso será feito com atenção também às manifestações culturais específicas de países anglófonos, como o Dia de Ação de Graças (*Thanksgiving*), *Halloween*, *Memorial Day* (Dia memorial), entre outros. Além de apresentar a celebração, suas respectivas características e produzir uma vivência (quando for o caso), o propósito na nossa abordagem é traçar um paralelo entre o estrangeiro e o local, provendo oportunidades para que os estudantes reconheçam as semelhanças e diferenças entre o que é vivenciado localmente e o que lhe é externo.

No que diz respeito à avaliação, esta deve ser desenvolvida de forma contínua e utilizando todas as atividades desenvolvidas em sala como ferramentas avaliativas. Uma vez que o principal objetivo nesta etapa é promover a comunicação e a apreciação da língua estrangeira, não é conveniente, neste momento, submeter os estudantes a avaliações escritas tradicionais. O progresso será percebido ao longo de cada ano, de acordo com o que cada criança é capaz de desenvolver, respeitando suas habilidades.

Para estudantes com deficiências e/ou necessidades especiais, é necessário buscar, durante o planejamento, prover alternativas e adaptações para a realização das atividades propostas. Ainda, é necessário respeitar o ritmo de cada criança e seus limites.

Nos Anos Finais, a Língua Inglesa já faz parte do cotidiano do estudante no tempo regular. A abordagem da Língua Inglesa sob a perspectiva da educação integral favorece uma ampliação do contato com a língua-alvo e deve proporcionar oportunidades práticas, por meio de projetos que se integrem ao cotidiano do estudante, primando pela ludicidade, desenvolvimento da criatividade e raciocínio crítico, permitindo a abordagem e aprimoramento de habilidades que não são comumente aprofundados no período regular de aulas, como a oralidade.

3.2.2.5. Projeto de Vida (Anos Finais do Ensino Fundamental)

A Educação Integral tem o compromisso de promover múltiplas experiências e vivências aos estudantes e assim lhes permitir idealizar e construir projetos de vida a partir das múltiplas vivências experienciadas na escola e na vida, na convivência e na partilha.

O projeto de vida (PV) é um plano traçado, um esquema vital que se encaixa na ordem das prioridades, valores e expectativas de uma pessoa que sonha com seu próprio destino e decide viver como quer. Este projeto de vida está vinculado de forma direta com a proposta de cada um em ser feliz e em buscar a felicidade.

É importante que os estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental sejam capazes de usar esse tempo na escola para pensarem o futuro. É necessário ter um projeto com objetivo, não importando se a tempo estipulado for cumprida ou não. O fundamental é delinear um projeto pessoal porque isso envolve desafio, crescimento e projeção de futuro.

Espera-se que os estudantes possam tomar decisões e estabelecer metas para si mesmos construindo perspectivas de futuro e uma autonomia desafiadora que o impulse a seguir aprendendo sempre. Portanto, é papel da escola auxiliar o estudante a aprender e a se reconhecer como sujeito, considerando suas potencialidades e a relevância dos modos de participação e intervenção social na concretização de seu Projeto de Vida.

As diretrizes pedagógicas para as escolas em tempo integral além de manter a transversalidade do Projeto de Vida dentro dos diferentes componentes curriculares nos Anos Finais, inclui em sua Parte Diversificada uma disciplina voltada para o desenvolvimento e acompanhamento do Projeto de Vida dos estudantes, permitindo deste modo que o educando tenha um momento específico dentro de



sua organização curricular para definir metas, descobrir potencialidades e criar estratégias a serem trabalhadas durante todo o seu percurso nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

São objetivos das aulas de projeto de vida:

- I. Oferecer subsídios para que os estudantes iniciem um processo gradual, lógico e reflexivo por meio de temáticas fundamentais, que se relacionam e se complementam entre si, auxiliando na construção de sua identidade (o ponto de partida) e seu posicionamento diante das distintas dimensões e circunstâncias da vida;
- II. Desenvolver habilidades e competências para o século XXI previstas nos Quatro Pilares da Educação (*aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser*);
- III. Construir e apropriar-se de conhecimentos e valores que permitam uma tomada de decisão;
- IV. Desenvolver a responsabilidade por suas escolhas e compreender que as escolhas realizadas influenciam no futuro;
- V. Perceber a importância da escolaridade para realização de planos futuros;
- VI. Vislumbrar diferentes cenários e possibilidades para sua formação acadêmica e profissional;
- VII. Aprender a projetar e traçar caminhos entre o hoje e o amanhã;
- VIII. Pensar soluções que acarretem benefícios para a sua comunidade;
- IX. Desenvolver o protagonismo.

O(A) Professor(a) de PV deve ser parceiro, mediador, assim como os(as) demais professores(as), na orientação e na construção dos projetos de vida dos estudantes. Por isso, deve acolhê-los de forma a considerar os seus sonhos, seus desejos, seu plano de vida e suas circunstâncias. É essencial o envolvimento da família no apoio e no incentivo à construção e ao desenvolvimento do projeto de vida.

O(A) professor(a) de Projeto de Vida deve ter um perfil capaz de incentivar positivamente os estudantes e apresentar características como:

- *Empatia, habilidade de escuta e resiliência;*
- *Boa capacidade para se comunicar;*
- *Imparcialidade;*
- *Solidariedade;*



- *Confiabilidade;*
- *Proatividade;*
- *Postura ética;*
- *Capacidade de planejamento e organização.*

Na dinâmica do trabalho educativo, o(a) professor(a) de Projeto de Vida deve:

1. Inspirar o estudante sendo afirmativo em sua vida;
2. Ser emocionalmente estável para lidar com situações diversas;
3. Provocar no estudante o despertar sobre os seus sonhos, suas ambições, aquilo que desejam para as suas vidas, aonde almejam chegar e que pessoas pretendem ser;
4. Levar o estudante a refletir sobre suas ações, as etapas que deverão atravessar e sobre os mecanismos necessários para chegar aonde desejam;
5. Considerar o estudante como foco das ações, independente das suas circunstâncias, tal como ele é, como vive e como se constituiu ao longo de sua vida;
6. Acreditar que o estudante é capaz de concretizar todas as etapas necessárias para realizar seu Projeto de Vida.

As aulas de Projeto de Vida serão avaliadas de forma processual, considerando o desenvolvimento de habilidades como autoconhecimento, autonomia, compromisso, iniciativa, planejamento, resolutividade, responsabilidade pessoal e social com vistas à construção de seu projeto de vida.

Para a organização das aulas de Projeto de Vida, é importante seguir os seguintes passos:

1. Antes do início das aulas, a escola deverá providenciar uma pasta individual para cada estudante ou envelope de tamanho suficiente para guardar todo material que foi produzido na Semana de Acolhimento, caso a equipe escolar tenha optado por realizar alguma ação de levantamento de “sonhos”, além dos materiais que serão produzidos nas aulas de Projeto de Vida;
2. Identificar as pastas ou os envelopes e agrupá-los por turma. Essas pastas ou envelopes deverão ficar em um local onde somente o professor de Projeto de Vida terá acesso, considerando que os materiais produzidos são muito pessoais e trazem sentimentos que não devem ser compartilhados a menos que seja desejo do estudante;
3. Nos momentos de planejamento, com a articulação do(a) coordenador(a), é importante que os(as) professores(as) de Projeto de Vida compartilhem com os(as) demais

- professores(as) o que está sendo desenvolvido nas aulas, para que possam alinhar seus planejamentos às necessidades dos estudantes;
4. Periodicamente, é importante realizar autoavaliação com os estudantes, sem atribuição de nota, para que possam avaliar as transformações que estão vivenciando para possíveis correções de rota;
 5. Realizar, periodicamente, uma roda de conversa com as turmas para avaliar o desenvolvimento das aulas de Projeto de Vida, de forma a subsidiar o planejamento.

Ressaltamos que essas aulas se estruturam a partir de 4 (quatro) eixos essenciais:

QUADRO 05: Estruturação dos Eixos de Projeto de Vida.

ANO	EIXO	AÇÃO
6º ano	<i>“O significado do passado: minhas lembranças”</i>	Os estudantes devem reconhecer sua história de vida, resgatar lembranças e repensar as ações do passado.
7º ano	<i>“O autoconhecimento: eu no mundo”</i>	Os estudantes devem reconhecer a importância dos valores e normas, à existência de competências fundamentais que se relacionam e se integram.
8º ano	<i>“O Futuro: os planos e as decisões”</i>	Os estudantes documentam suas reflexões e tomadas de decisões.
9º ano	<i>Acompanhamento do seu Projeto de Vida</i>	Os estudantes revisam os registros e realizam as devidas correções de rota.

Portanto, além dos materiais sugeridos e apresentados, o(a) professor(a) poderá pesquisar outros materiais para complementar o planejamento de suas aulas.

3.2.2.6. Orientação de Estudo

É um momento para que o estudante desenvolva a sua autonomia na utilização do tempo, fazendo desse momento um espaço de pesquisa e estudos individuais. Os estudantes poderão estar na escola utilizando os espaços das salas de aula, da biblioteca, da sala de informática dentre outros,

realizando as tarefas escolares, os projetos de investigação e pesquisa, organizando sua vida escolar e dando asas aos seus projetos de vida.

Esse tempo monitorado, contará com o desenvolvimento de atividades individuais, de interesse e necessidade de cada estudante compondo 1 (uma) hora aula na matriz curricular. O(a) professor(a) deverá planejar e organizar como essas atividades serão propostas e o que deverá ser entregue pelos estudantes. Essa entrega poderá ser ao fim de cada bimestre, semestre ou até mesmo do ano letivo.

O plano será constituído utilizando a seleção de conhecimentos, componentes curriculares, metodologias, estratégias, tempos e espaços devendo assegurar o tempo de aprendizagem individual e o diálogo com os interesses de cada estudante dando-lhe tempo para suas próprias vivências e aprendizagens.

Algumas atividades podem ser organizadas:

- *Registro da entrega de atividades e trabalhos de pesquisa pelos(as) professores(as) dos diferentes componentes da Base Comum Curricular, sendo as mesmas distribuídas durante o mês de forma a contemplar todas os componentes, mas sem sobrecarregar semanalmente os estudantes;*
- *Fichamento de estudos para as avaliações bimestrais;*
- *Portfólios de atividades relacionadas a projetos desenvolvidos pela escola.*

Esse é o momento propício para reflexões sobre o planejamento em conjunto de trabalhos e atividades com os estudantes ao longo de todo o ano e para o fortalecimento da Educação Integral e integrada no Projeto Político Pedagógico da escola. Esse momento também pode ser organizado para reuniões individuais e coletivas de convivência democrática promovendo a comunicação entre escola e a comunidade.

Uma escola em que há convivência democrática tem múltiplos espaços nos quais educadores(as), professores(as), estudantes, funcionários(as), pais/responsáveis e comunidade podem trocar conhecimentos e realizar aprendizagens significativas. A escola é um espaço propício para o exercício democrático, a valorização da diversidade e o aprendizado de como lidar com as diferenças, na perspectiva da construção de uma sociedade inclusiva, pois, a preparação dos estudantes para a vida em sociedade está entre seus principais objetivos.

3.3. Os Sujeitos da Educação em Tempo Integral

Para que a proposta de ampliação da jornada escolar, como necessária para oferta de uma Educação Integral, se concretize é necessário articular diferentes saberes, experiências e vivências que considerem as multidimensões do indivíduo. Assim, a Escola em Tempo Integral, não pode apenas ampliar o tempo de permanência na escola, e sim vislumbrar e realizar cotidianamente a Educação Integral. Para isso, deve-se buscar em outros espaços, como, por exemplo, na comunidade local, possibilidades de contribuição no processo educativo.

Quando os sujeitos da Educação em Tempo Integral estão bem integrados e articulados, as ações e atividades desempenhadas por eles influenciam diretamente na proposta pedagógica da escola que condiciona positivamente a maneira pela qual atuam diante de diversos contextos e situações do cotidiano, a fim de garantir o propósito da unidade pedagógica estabelecida como diretrizes e metas a serem alcançadas ao longo do processo educativo.

Nesse sentido, é importante refletir sobre a formação dos diversos sujeitos da Educação Básica em suas múltiplas dimensões, visando uma formação humana numa perspectiva de educação omnilateral em sua integralidade, que compreenda os aspectos intelectual, físico, afetivo, técnico, político, cultural, dentre outros.

A interação entre os indivíduos na unidade escolar não se resume em “estar junto”, “trocar ideias” ou “dividir tarefas do dia a dia”, mas planejar, enfrentar os desafios e superar divergências, pois cada sujeito é criador e produtor de culturas próprias construídas na interação com seus próprios pares e no intercâmbio entre idades e gerações.

A Educação Integral em Ipojuca é conduzida por uma equipe gestora e por professores da Educação Básica, com o apoio dos demais servidores da escola. Assim, para compor o quadro de profissionais da Educação Integral é necessário a articulação e empenho do(a):

- I. Gestor(a) Escolar;
- II. Gestor(a) Adjunto(a) - para escolas com 4 (quatro) ou mais turmas em funcionamento;
- III. Coordenador e Técnico Educacional - TED;
- IV. Professores (as);
- V. Auxiliar de Serviço da Educação Básica - ASEB;
- VI. Demais profissionais da escola.

Para o desenvolvimento integral da aprendizagem, é necessário conhecer todos sujeitos que estão na escola, seus tempos de vivência, os atores que desenvolvem as ações escolares, seu currículo e saberes, respeitando identidades e memórias dialogadas com o território educativo e a forma como se dá a participação de todos nas decisões e escolhas dos processos inerentes à vida escolar. A esse conjunto de ações chamamos de “gestão democrática e participativa”.

3.4. Perfil dos profissionais da Educação em Tempo Integral

Para reafirmar o compromisso de todos na construção do trabalho coletivo, é essencial conhecer os papéis e as responsabilidades de cada ator no espaço educativo, atribuindo significado ao trabalho dos gestores, adjuntos, coordenadores, técnicos, assistentes e todo o corpo docente da escola.

É necessário possibilitar o espaço compartilhado de trocas e de convivência, garantir a parceria entre escola e comunidade, consolidar o direito integral à aprendizagem com a construção de um projeto comum de Escola Integral, com o protagonismo de seus atores.

As informações devem ser compartilhadas, os cardápios devem ser publicados, as reuniões devem ser frequentes, os planejamentos devem ser coletivos. Toda a comunidade escolar deve conhecer a proposta pedagógica da escola e participar efetivamente da construção do currículo.

Desta forma, todos os profissionais que possuam perfil e compreensão da Política de Educação Básica Integral e Integrada, bem como metodologias e atividades diferenciadas, desenvolverão um trabalho com resultados significativos. Para atuar na Educação Integral e Integrada os profissionais devem ser:

- I. Receptivos;
- II. Dinâmicos;
- III. Abertos para o desenvolvimento de relações interpessoais e profissionais que favoreçam o trabalho coletivo com toda a equipe da escola;
- IV. Ter facilidade para produzir textos e elaborar relatórios;
- V. Criativos;
- VI. Ter disponibilidade para conhecer a comunidade na qual atuará.

A Educação Integral e Integrada é responsabilidade de todos da escola que deve dar atenção à indissociabilidade do educar/cuidando ou do cuidar/educando, incluindo acolher, garantir segurança

e alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade das crianças, dos adolescentes e dos jovens, reafirmando os três princípios:

- **Éticos:** no sentido de combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceitos e discriminação;
- **Políticos:** defendendo o reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania;
- **Estéticos:** valorizando as diferentes manifestações culturais, especialmente as da cultura brasileira e a construção de identidades plurais e solidárias.

3.4.1. Equipe Gestora

O(A) Gestor(a) e a Equipe Diretiva, juntamente com o Conselho Escolar, abrem espaços para uma gestão participativa, que tenha por centralidade a construção do conhecimento dos(as) estudantes a qual passa por fomentar as condições físicas necessárias para este atendimento, a permanente formação dos(as) professores(as), o cuidado com as relações entre os diferentes segmentos, firmando a solidariedade e o compromisso de todos que estão envolvidos no processo educacional.

Revisitar cotidianamente os Princípios e Fundamentos da escola, reordenar os planejamentos, avaliar quais as prioridades os pontos de estrangulamento, superar os entraves à aprendizagem são algumas das importantes responsabilidades do(a) Gestor(a) e sua Equipe, que se somam para estabelecer as condições coletivas para o atendimento das necessidades dos(as) estudantes. Neste sentido, o Sistema de Avaliação Institucional é importante instrumento para visualizar cada parte e o todo da escola. Importante instrumento para desencadear o planejamento e as ações para o sucesso do processo de aprendizagem dos(as) estudantes. Por meio dos dados resultantes de sua realização por todos os segmentos da comunidade escolar, permite acompanhar e monitorar o trabalho pedagógico, analisando resultado dos indicadores, reorientando o processo de ensino e de aprendizagem.

Considerando o resultado do Sistema de Avaliação, devem ser estabelecidas as prioridades, as metas, os responsáveis pelas ações, os prazos, as estratégias para que se possam superar os impeditivos à construção do conhecimento pelos estudantes, o que tem por premissa que cada comunidade apresenta características específicas indissociáveis deste processo.

O(A) Gestor(a) e a Equipe Pedagógica devem realizar as intervenções necessárias para que a escola desenvolva, de fato, uma Proposta Político Pedagógica na qual o currículo ofereça aprendizagens significativas aos(as) estudantes, na qual o currículo assuma papel articulador entre a cultura local e a diversidade planetária. Reafirma, assim, a importância da dimensão cultural no

processo educacional, pensando a escola como dinamizadora da cultura, de sua expressão e a elaboração e apropriação dos saberes pelos(as) estudantes, com diálogo permanente com todos os segmentos da comunidade escolar de forma corresponsável.

3.4.2. Coordenador e Técnico Educacional - TED

O(A) coordenador(a) e o(a) técnico(a) educacional têm função articuladora, formadora e transformadora, portanto, são mediadores entre o currículo integrado e os docentes. Assim, esses profissionais auxiliam os(as) professores(as) a fazerem as necessárias articulações curriculares, considerando suas áreas específicas de conhecimento, os estudantes, a realidade sociocultural da escola e os demais aspectos das relações pedagógicas e interpessoais que se desenvolvem na sala de aula e na Instituição de Ensino. Além disso, o(a) coordenador(a) e o(a) técnico(a) educacional, serão os responsáveis pelas reuniões semanais da equipe de professores(a) nos dois turnos escolhidos pela escola para essas reuniões, organizando a pauta, registrando as decisões em ata e providenciando os encaminhamentos necessários para que esse tempo de reunião se efetive como instrumento de integração do currículo.

Enquanto concepção da práxis educativa, as Diretrizes Pedagógicas e Operacionais das Escolas Municipais em Tempo Integral consideram a importância da formação continuada para todos os profissionais da educação, *in loco*, desenvolvida pelos(as) coordenadores(as) e técnicos(as) educacionais das Unidades Escolares como uma possibilidade de reflexão das práticas e análise dos processos de ensino e aprendizagem do fazer docente. Além de assegurar a melhoria da aprendizagem e a valorização dos profissionais de educação, a formação continuada em serviço deve contribuir no enfrentamento dos desafios postos pela educação contemporânea dentro da real necessidade da escola.

O(A) coordenador(a) e o(a) técnico(a) educacional têm uma função mediadora, no sentido de revelar/desvelar os significados das propostas curriculares, para que os(as) professores(as) elaborem seus próprios sentidos, a fim de operacionalizar determinadas propostas, de acordo com a sua trajetória de formação e de docência, o momento histórico e os compromissos da escola e do estudante. Desta forma, compete ao(a) coordenador(a) e ao(a) técnico(a) educacional:

- *Como articuladores*, seu papel principal é oferecer condições para que os(as) professores(as) trabalhem coletivamente as propostas curriculares em função da realidade escolar, promovendo a interdisciplinaridade e a integração, evitando-se a fragmentação do conhecimento;



- *Como formadores*, oferecer condições a outros profissionais de se aprofundarem em sua área específica;
- *Como transformadores*, cabe-lhes o compromisso com o questionamento, ou seja, ajudar o(a) professor(a) a ser reflexivo(a) e crítico(a) em sua prática, estimulando a pergunta, a dúvida, a criatividade, a inovação e o diálogo, que culminem em mudanças na prática pedagógica;
- *Como estimuladores*, para instaurar na escola o significado do trabalho coletivo, possibilitando ações de parceria, de modo que, movidas por necessidades semelhantes, as pessoas se impliquem no desenvolvimento de ações para atingir objetivos.

O(A) coordenador(a) e o(a) técnico(a) educacional devem propiciar uma interlocução entre os(as) professores(a) de forma que a integração entre a Base Comum e a Parte Diversificada do currículo aconteça, bem como seja entendido por todo corpo docente o conceito de educação Integral, as proposições flexíveis do currículo e as propostas avaliativas.

Em síntese, o(a) coordenador(a) e o(a) técnico(a) educacional serão aqueles que, conhecendo as Diretrizes Pedagógicas e Operacionais aqui evidenciada, possibilitarão que novos significados sejam atribuídos à prática educativa da escola e à prática pedagógica dos(as) professores(as).

3.4.3. Professores(as) da Educação Básica

O(A) professor(a) deve ter dinamismo e criatividade, desenvolvendo atividades diferenciadas com metodologias direcionadas à formação integral do estudante, focando no seu desempenho cognitivo, ético, político e estético. Dessa forma, compete ao(a) professor(a):

- Diagnosticar as necessidades dos estudantes, tanto atitudinais quanto cognitivas, que serão atendidos na Educação Integral e Integrada;
- Elaborar e desenvolver o planejamento conforme diagnóstico da turma/estudantes, contemplando discussão com os(as) demais professores(as) da Educação Integral, bem como do ensino regular;
- Apresentar e discutir com o(a) Coordenador(a) e Técnico Educacional as demandas e dificuldades de sua turma/estudantes e traçar estratégias junto aos(as) demais professores(as) da Educação Integral para sanar suas dificuldades e deficiências;



- Elaborar projetos, planos de trabalho e atividades com foco no desenvolvimento da Parte Diversificada selecionado pela comunidade escolar, atendendo a perspectiva da formação humana e atitudinal do estudante;
- Trabalhar em processos colaborativos e orientar o processo criativo dos estudantes;
- Participar de reuniões de planejamento e realizar atividades extracurriculares no ambiente escolar e/ou fora da escola;
- Desenvolver atividades interdisciplinares, com o apoio do(a) coordenador(a) e do(a) técnico(a) educacional e a colaboração dos(as) demais professores(as);
- Elaborar relatórios para a Coordenação da Educação Integral da escola para análise e verificação e tomada de providências, se necessário;
- Atender as demandas da escola (esfera local), da Gerência de Educação em Tempo Integral - GETI (esfera setorial) e da SEDUC/IPOJUCA (esfera central), no que tange à Educação Integral.

Todos os(as) professores(a) devem planejar e organizar suas aulas na perspectiva da educação integral primando pela integração curricular. Devem procurar realizar planejamentos conjuntos, planejar aulas para realizá-las durante os diálogos abertos com a comunidade, participar das atividades e projetos para o Ensino Fundamental integral.

Todos os(as) professores(as) que atuarem na Parte Diversificada do currículo deverão apresentar plano de trabalho para a coordenação escolar. É obrigatório que o número de aulas previstas para a parte Diversificada na Matriz seja obedecido pela escola na organização do horário, conforme o número de turmas e as normas vigentes da SEDUC/IPOJUCA.

3.4.4. Auxiliar de Serviços de Educação Básica (ASEB)

Na composição do Quadro de Auxiliar de Serviços de Educação Básica (ASEB), a escola terá direito no mínimo a 2 (dois) ASEB e poderá designar, adicionalmente, Auxiliar/es de Serviços de Educação Básica considerando o número de estudantes matriculados e a necessidade no Ensino Fundamental, conforme a tabela a seguir, independente do número de turnos:

QUADRO 06: Quantitativo mínimo de ASEB por escola.

QUADRO	
NÚMERO DE ESTUDANTES	QUANTITATIVO (mínimo)
Até 74	02
De 75 a 149	03
De 150 a 224	04
De 225 a 299	05
De 300 a 374	06
De 375 a 449	07
De 450 a 524	08
Acima de 524	09

Dessa forma, compete ao(a) auxiliar:

- Receber os gêneros alimentícios destinados às merendas e refeições complementares e armazená-los adequadamente, conforme recomendações técnicas;
- Respeitar o preparo dos cardápios estipulados, seguindo, dentro do possível, as quantidades sugeridas;
- Realizar trabalhos de limpeza e conservação, zelando pela ordem e pela higiene em seu setor de trabalho;
- Estar presente no horário de almoço para dar suporte e incentivar os estudantes durante a refeição e comparecer a todas as reuniões e cursos de aperfeiçoamento, quando convocados;
- Exercer atividades no campo da zeladoria na unidade escolar, zelando pela manutenção do patrimônio e segurança na entrada e saída;
- Executar serviços simples de jardinagem, agropecuária e outros afins, de acordo com a demanda da unidade escolar em que atua;
- Exercer outras atividades correlatas integrantes do projeto político-pedagógico da escola, e da política educacional da Secretaria de Educação.

4. CONSELHO ESCOLAR: EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO

O Conselho Escolar é um órgão colegiado composto por representantes da comunidade escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras. Cabe ao Conselho Escolar contribuir para que a escola cumpra sua função de educar, construir a democracia e a cidadania participativa, buscando analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das metas da escola.

Nas Unidades Escolares de Educação em Tempo Integral, o Conselho Escolar atua com os objetivos de:

- integrar os diferentes atores da comunidade escolar;
- construir e revisar o Projeto Político Pedagógico (PPP);
- formular e acompanhar o plano de ação escolar, considerando o PPP;
- mapear as oportunidades educativas do local, equipamentos públicos e políticas sociais;
- celebrar parcerias para a realização de atividades;
- responder, com a escola, por quaisquer alterações no que diz respeito ao atendimento da Educação em Tempo Integral e à utilização dos recursos financeiros.

4.1. Participação da Comunidade

Não se pode pensar a política da Escola em Tempo Integral sem considerar o envolvimento das famílias e da comunidade. Nesse aspecto, emergem alguns questionamentos: como trazer a família para a Escola em Tempo Integral? Como promover essa aliança entre a escola e a instituição familiar? Por que a família, especialmente no Ensino Fundamental, não se envolve com as questões escolares? Dificilmente, teremos respostas para essas questões, já que o que almejamos é instigar as Escolas em Tempo Integral para que as respostas a essas questões sejam dadas por toda a comunidade. Assim, propomos que o primeiro passo a ser dado seja a realização de momentos coletivos com a participação da comunidade e de demais atores sociais do entorno da escola.

O convite é para que a participação das famílias se dê em cinco dimensões:

- I. **Participação informativa:** as famílias são informadas de todos os movimentos da escola;



- II. **Participação consultiva:** as famílias e os estudantes serão consultados sobre ações e projetos a serem realizados durante o ano e sobre os interesses na Parte Diversificada do Currículo;
- III. **Participação educativa:** as famílias devem opinar sobre espaços alternativos e possibilidades de aprendizado na comunidade. Podem sugerir momentos e formas de participação mais ativa no que tange à aprendizagem, envolvendo-se e comprometendo-se ativamente com o processo educativo;
- IV. **Participação avaliativa:** as famílias poderão ser ouvidas em relação ao andamento da proposta de tempo integral, avaliando os avanços e os pontos que precisam ser melhorados.
- V. **Participação decisória:** junto com o Conselho Escolar, as famílias poderão responder a questões amplas da política de Educação Integral estabelecida no município e propor formas e ações para o fortalecimento desta política.

4.2. Conselho de Classe Participativo e Democrático

O Conselho de Classe Participativo e Democrático é um dos instrumentos de gestão democrática que tem o intuito de compartilhar a responsabilidade e a tomada de decisões escolares que possam contribuir com a função social da escola. É um momento de reflexão das ações pedagógicas desenvolvidas pelos docentes e do percurso pedagógico realizado pelo estudante que culmina na consolidação das aprendizagens. A análise da vivência pedagógica, permeada por uma concepção participativa e transformadora, contribui para a identificação de habilidades e competências não construídas que nortearão a ação escolar a partir das metas previstas no Plano Político Pedagógico e estimula o envolvimento de toda a comunidade escolar, visto que, estudantes e pais podem participar desses momentos.

Entenda-se que as reuniões para discussão da avaliação escolar são momentos importantes para a comunidade, haja vista que além de promover um amplo conhecimento da instituição escolar e do seu fazer pedagógico, nelas há a possibilidade de traçar novos caminhos para alcançar seus objetivos, considerando que o conselho participativo não será um espaço comum de discutir notas, mas de um momento coletivo de apoio ao estudante e às famílias. Esta é a maneira mais democrática de promover a avaliação formativa na escola. Promover um momento de avaliação formativa e de discussão do desempenho escolar é a melhor maneira de integrar todos os segmentos da escola,

especialmente porque possibilita que os estudantes aprendam a avaliar a si próprios, bem como ajuda a perceber os processos de aprendizagem nos quais estão inseridos.

Dessa forma, o Conselho de Classe:

- favorece a integração entre professores, estudante e família;
- considera as áreas afetivas, cognitivas e psicomotoras;
- possibilita a busca coletiva de instrumentos e critérios na dinâmica educacional que permitam abranger os diferentes domínios do comportamento humano, em função do desenvolvimento integral;
- oportuniza a reflexão e conscientização quanto aos objetivos do ensino e aprendizagem, no sentido de que a avaliação integral e a formativa se voltam para o desenvolvimento do conhecimento, como também, dos aspectos físico, social, afetivo e cultural;
- permite o diálogo entre todos os envolvidos no processo educacional, possibilitando construir um planejamento que parte das necessidades estabelecidas pela comunidade escolar.

5. AVALIAÇÃO, MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

O modelo de avaliação adotado para as Escolas em Tempo Integral deve passar por planejamento, execução, checagem e avaliação de processos e resultados, envolvendo todos os segmentos da Comunidade Escolar, em etapas contínuas, para alcançar o objetivo maior da Escola que é a aprendizagem e a formação dos estudantes. Também se faz necessário uma avaliação que espelhe a realidade do discente, mas que não perca de vista a função social da escola, a de proporcionar competências e conteúdos para o desenvolvimento integral e que prepare o jovem para ser autônomo, solidário e competente, além de rever conceitos, mudar a prática, agregar novos instrumentos e formas de avaliar.

A proposta avaliativa das Escolas Municipais em Tempo Integral não se resume aos resultados de rendimento escolar dos estudantes. Exige avaliações do desempenho destes, dos profissionais e das escolas, pois compreende que esse processo é muito mais complexo, necessitando da abrangência de todos os elementos que permeiam o ensino e a aprendizagem, isto é, de toda a realidade educativa.

Assim, a Escola Municipal em Tempo Integral apresenta as diversas modalidades de Avaliação:

- a) ***Avaliação de Aprendizagem Diagnóstica:*** Avaliações elaboradas pelos professores e/ou Secretaria de educação, aplicadas pela equipe docente, realizadas ao início e ao final do ano letivo. O resultado dessas avaliações direciona o planejamento dos professores e, principalmente, o planejamento para o nivelamento dos conhecimentos dos estudantes de acordo com as habilidades esperadas para os anos em curso e posterior. Objetiva também realizar o estudo comparativo entre as Escolas Municipais em Tempo Integral e entre estas e as escolas regulares em tempo parcial, para a observação da necessidade de ações macros de intervenção que ofereçam subsídio à escola para o alcance de suas metas educacionais.
- b) ***Avaliação de Aprendizagem Bimestral:*** a avaliação no contexto de uma aprendizagem significativa deve acontecer no dia a dia do trabalho escolar. Nesse momento o professor tem condições de avaliar a aquisição dos conceitos e das habilidades que tem como meta para o aluno e a oportunidade de auxiliá-los em seus processos, buscando novas estratégias que o levem a superar as dificuldades. Também é nesse momento que o professor tem a oportunidade de utilizar-se dos diversos instrumentos facilitadores para a aprendizagem.

É elaborada por um professor ou por um conjunto de professores e executada ao fim de cada bimestre, em todas as turmas do mesmo ano, numa única data, previamente definida, nas Escolas Municipais em Tempo Integral. Através dela será possível mensurar o resultado da aprendizagem global dos estudantes.

Na Base Nacional Comum, os conceitos e notas seguem as mesmas referências das escolas regulares do Ipojuca, conforme instrução normativa específica da Secretaria de Educação do Ipojuca.

Na Parte Diversificada, as notas e conceitos seguem no quadro abaixo:

QUADRO 07: Avaliação do desenvolvimento na Parte Diversificada da Matriz Curricular

ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL - 1º AO 9º ANO AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO – PARTE DIVERSIFICADA DA MATRIZ CURRICULAR		
CAMPOS DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR – CIC		
COMPONENTES CURRICULARES		
PROJETOS INTEGRADORES	(Multi)letramento, Cultura e Arte	
	Cultura Corporal: Esporte, lazer e Saúde	
	Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente	
	Educação para a Cidadania	
ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO	Língua Portuguesa	
	Matemática	
Língua Brasileira de Sinais (Libras)		
Orientação de Estudo		
Língua Inglesa (Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
Projeto de Vida (Anos Finais do Ensino Fundamental)		
CONCEITOS A PARTIR DOS PARÂMETROS OBSERVADOS		
LEGENDA		
CC	Competência construída	
CEC	Competência em construção	
DESEMPENHO DO ESTUDANTE POR BIMESTRE		
DESCRIÇÃO	CONCEITO 1º e 2º ANO	NOTA 3º ao 9º 6,0 a 10,0
(CC) O(A) estudante demonstra atitudes que desenvolveu determinado conhecimento, habilidade ou valor característico da sua fase de desenvolvimento, conforme indicado nos CAMPOS DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR, a partir de parâmetros apresentados na proposta pedagógica.		
(CEC) O(A) estudante encontra-se em processo de construção de determinado conhecimento, habilidade ou valor característico da sua fase de desenvolvimento, nos CAMPOS DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR, a partir de parâmetros apresentados na proposta pedagógica.		

Aqui cabe informar quanto à avaliação dos componentes que integram a Parte Diversificada da Matriz, que os resultados dessa avaliação não são considerados para efeito de retenção ou reprovação dos estudantes.

c) ***Avaliação de Aprendizagem Externa*** (Prova Brasil, SAEPE, IDEPE, SAEB): avaliações em larga escala para monitorar os índices de qualidade da Educação. Ressaltamos que os dados coletados nessas avaliações, fornecem informações preciosas sobre os principais indicadores por escola, instrumento indispensável para o planejamento escolar. As escolas recebem um diagnóstico da educação que fornece subsídios para definir plano de ações visando à melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, da aprendizagem dos estudantes.

d) ***Avaliação de Desempenho do Corpo Docente***: Neste processo de avaliação da aprendizagem há uma troca de informação com a finalidade de saber mais, onde e como melhorar a qualidade dos processos de trabalho, o que está bom e o que deve ser aperfeiçoado. Esse instrumento é de caráter estritamente pedagógico. Os critérios para a avaliação de professores se tornam algo subjetivo, mas pode-se considerar o cumprimento de suas metas, dedicação e organização no desenvolvimento da aprendizagem e da relação com o estudante, a participação dos professores nas atividades e no planejamento da escola, a pontualidade, a frequência etc. O instrumento para avaliação dos docentes, unificado para todas as escolas, será organizado anualmente pela Secretaria de Educação do Ipojuca e envolverá a equipe gestora, o docente (autoavaliação), o Conselho Escolar e os discentes.

e) ***Avaliação de Desempenho da Equipe Gestora***: O processo avaliativo será realizado pela Secretaria de Educação, considerando pesquisa realizada com a comunidade escolar e respectivas gerências. Efetivada ao longo do processo e anualmente, ao final do ano letivo, para rever e aperfeiçoar o conjunto de objetivos e metas a serem concretizados ou modificados. Tem o foco na melhoria dos processos internos escolares, engloba todos os elementos que permeiam a realidade educativa: Gestão de Pessoas, Gestão Financeira, Valores e Normas, Ação mobilizadora e Agregadora.

f) ***Os indicadores de rendimento escolar***: incluindo promoção, retenção e, além da aprendizagem, evasão, abandono e defasagem idade-série mostram um quadro situacional da escola, da comunidade e da Rede Municipal de Ensino que pode transformar-se em um trabalho interno ou mesmo social para manter o estudante na escola e para qualificar o sistema de aprendizagem.

g) **Avaliação Institucional Externa:** Será realizada pela Secretaria de Educação e considerará a análise dos resultados dos itens anteriores. O objetivo é obter informações que apontem os pontos fortes e os pontos de atenção de todos os processos educativos que compõem a escola. Os resultados são considerados instrumentos valiosos para melhoria da qualidade do processo de gestão/ensino/aprendizagem. Assim, a avaliação institucional possibilita a reestruturação do processo educacional. A escola, ao identificar seus pontos fracos, deve rever seu plano de ação para possíveis mudanças.

Mediante o exposto, pode-se considerar a avaliação como um instrumento essencial para a melhoria do processo educacional e da qualificação das aprendizagens, visto que através deste podemos reconduzir as ações pedagógicas e administrativas, que por conseguinte nos conduzirá a uma reflexão das concepções e princípios avaliativos, como também, suas finalidades e função social.

Dentre todos os processos avaliativos descritos, trazemos à baila a avaliação da aprendizagem.

Vasconcellos (1993) nos chama a atenção sobre a relação intrínseca entre ensino e avaliação, na medida em que não se ensina legitimamente sem avaliar. Para o autor, o melhor procedimento de avaliação é o de ensino.

Entende-se que a construção de um novo conhecimento surge a partir do conhecimento prévio do estudante e, dessa forma, a avaliação não poderá estar desvinculada do processo de ensino. Avaliar para implementar uma política de Educação em Tempo Integral é possibilitar a ampliação e a qualificação dos procedimentos de ensino, com vistas à melhoria da qualidade das aprendizagens.

A Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN), possibilita novos olhares sobre os princípios de avaliar como parte do processo de ensino e aprendizagem, o que é confirmado em seu Art. 24 quando estabelece que a verificação do rendimento escolar observará critérios, dentre eles podemos destacar: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

Para além do que preconiza a LDBEN, a avaliação do estudante a ser realizada pelo professor e pela equipe pedagógica deve assumir um caráter processual, formativo e participativo, entendendo que mesmo tendo funções diferentes (**diagnóstica, formativa e somativa**), esse processo não deve ser visto de modo fragmentado, pois fazem parte do todo, e assim se integram e se complementam, com o objetivo maior de se colocar a serviço da aprendizagem e do trabalho docente para reorientar o processo educativo. (IPOJUCA, 2020).



Assim sendo, a avaliação representa parte integrante e integralizadora do processo educativo, devendo ser vista como eixo condutor da organização do trabalho pedagógico. A partir dessa concepção, a política de Educação em Tempo Integral prevê, em sua implantação, a realização da avaliação diagnóstica com o objetivo de:

- I. verificar as competências e habilidades dos estudantes em relação às aprendizagens;
- II. identificar os estudantes com defasagem de aprendizagem e proceder à intervenção pedagógica; e
- III. observar as relações interpessoais (timidez, agressividade, impulsividade, desatenção, baixo nível de autoestima).

Para acompanhar o processo de desenvolvimento dos estudantes, algumas práticas podem ser realizadas a partir do planejamento individual e/ou coletivo da equipe gestora e dos professores, quais sejam:

- análises sobre evidências de aprendizagens, a partir de questionamentos como: o estudante apresentou avanços, interesses, desenvolvimento nas diferentes áreas de conhecimento? As tarefas avaliativas e as observações feitas permitem perceber avanços em que sentido? O estudante, ou grupos de estudantes, precisam de mais tempo ou de mais atenção dos professores para alcançar as aprendizagens necessárias? Qual tipo de intervenção é necessária para que isso ocorra? Compreendem-se as razões didáticas, epistemológicas, relacionais para o fato de o estudante não avançar na direção esperada?
- registro de aspectos que permitam acompanhar, intervir e promover oportunidades de aprendizagem a cada estudante, sem perder a atenção ao grupo como um todo. Os registros podem ser feitos pela coordenação pedagógica e professores, ou pelos próprios estudantes em um processo de autoavaliação;
- observação e anotação das dificuldades e avanços dos estudantes por meio de registros no Diário de Classe e/ou em outros instrumentos. Essa prática possibilita aos professores que lidam com um mesmo estudante, ou grupos de estudantes, conhecê-lo(s) mais para definir estratégias conjuntas e sugerir novas atividades e/ou tarefas interdisciplinares. A observação como procedimento avaliativo permite identificar os avanços do estudante, alterando o enfoque avaliativo unilateral para uma visão participativa, ética e inclusiva.



Para que os resultados delimitados no Plano de Ação da escola sejam alcançados, ressaltamos que o acompanhamento da política de Educação em Tempo Integral é intrínseco da execução e da avaliação, devendo ser diário e sistemático, com registro dos pontos relevantes que possam afetar positiva ou negativamente o planejamento da escola.

Durante o acompanhamento, espera-se que o gestor e a coordenação pedagógica apoiem sua equipe e a ajude a corrigir os erros e a ajustar o rumo do que foi traçado em seu Projeto Político Pedagógico. Conforme preceitua a LDBEN, nos artigos descritos abaixo:

Art. 12 - os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

V- Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

III – Zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV– Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

Art. 24. A educação básica, no nível fundamental, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V – A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos:

Mediante o exposto, é imprescindível que todos os profissionais envolvidos no desenvolvimento do processo de avaliação para as aprendizagens promovam ações conjuntas para discussão, reflexão e estudos contínuos sobre a prática de avaliação, visto que, este processo pressupõe mudanças de paradigmas nos procedimentos de avaliação, como também, é necessário considerar todos os elementos relacionados à prática de avaliação junto à aprendizagem para que seja estabelecida na operacionalização dos critérios os resultados e os processos de promoção do estudante, bem como os estudos para recuperação, progressão parcial, avanços, matrícula, transferência, aproveitamento, adaptação e equivalência.

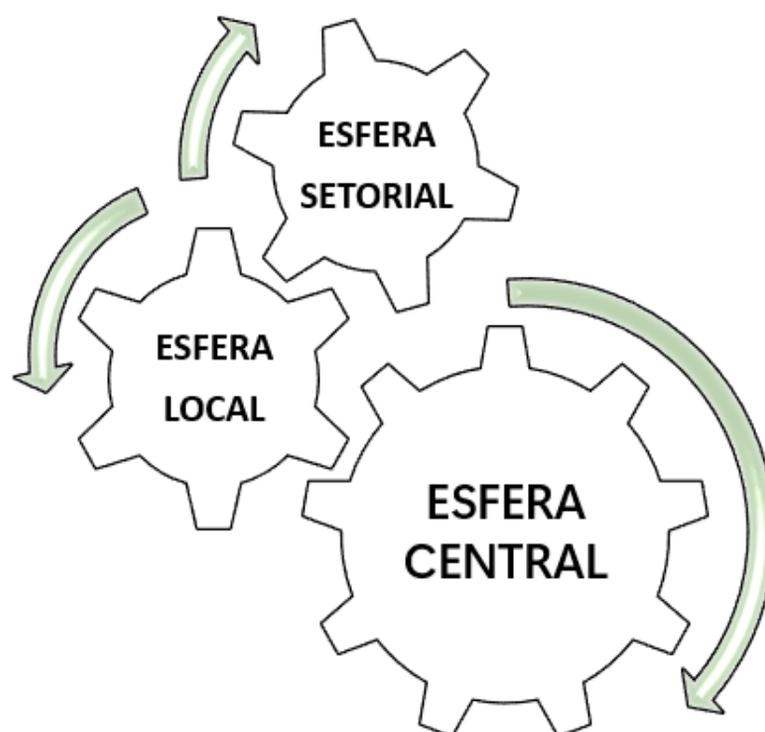
6. MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Entende-se que para alcançar os objetivos e metas definidos para a educação dos estudantes é essencial que ocorra, sistematicamente, a avaliação das estratégias e dos processos desenvolvidos no âmbito escolar. Para isso, é fundamental, que os instrumentos de monitoramento e avaliação das políticas para implementação da Educação em Tempo Integral apontem diagnósticos claros com vistas ao desenvolvimento de ações que contribuam para a resolução de problemas.

O processo de monitoramento e avaliação constitui um instrumento para assegurar a interação entre o planejamento e a execução, possibilitando a correção de desvios e a retroalimentação permanente de todo o processo de planejamento, de acordo com a experiência vivenciada com a execução do Plano (IBAMA,2002).

Para acompanhar e monitorar a política de Educação em Tempo Integral, é necessário o envolvimento de três esferas a saber:

FIGURA 05: Esferas de acompanhamento e monitoramento da Educação em Tempo Integral.





Cabe à equipe de implantação da Política de Educação em Tempo Integral realizar as seguintes ações:

- I. elaborar uma agenda de acompanhamento e apoio às Unidades Escolares no desenvolvimento das ações estabelecidas no plano de ação proposto;
- II. consolidar relatórios periódicos com os resultados obtidos;
- III. apoiar a análise e a avaliação da evolução dos resultados parciais e metas;
- IV. analisar, avaliar e recomendar ações de revisão das estratégias comuns que propiciarão melhorias ao longo do ano.

A conclusão dessa demanda alimentará a revisão e o ajuste das estratégias para o reinício do ciclo de planejamento do ano seguinte.

As três esferas apontadas anteriormente desenvolvem ações específicas de monitoramento e avaliação:

ESFERA CENTRAL (SEDUC):

- oferecer suporte às atividades administrativas da política, respondendo pela execução dos serviços próprios da Secretaria;
- realizar avaliação visando à criação de uma rede de apoio ao aprimoramento do trabalho escolar por meio de instrumento que envolva as dimensões: projeto pedagógico, espaços de aprendizagem, infraestrutura e equipamentos, transporte, alimentação e prestação de contas;
- monitorar, acompanhar e avaliar a implementação, os produtos e os resultados alcançados (realizar a análise dos dados coletados e divulgar o resultado);

ESFERA SETORIAL (GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - GETI):

- ser o articulador entre as esferas Central e Local;
- dar apoio pedagógico às escolas;
- orientar as escolas na elaboração dos projetos e acompanhar a execução dos planos de trabalho;
- monitorar, acompanhar e avaliar de forma contínua e sistemática.

ESFERA LOCAL (UNIDADE ESCOLAR E CONSELHO ESCOLAR):

- construir e executar ações do Projeto Político Pedagógico escolar conforme orientações do documento de Diretrizes das Escolas em Tempo Integral;



- fomentar a participação da comunidade escolar em ações educativas dentro e fora do âmbito escolar;
- promover encontros internos para estudo, análise e construção de dados pedagógicos;
- monitorar ao longo do ano, todo o projeto e, bimestralmente, avaliar o estudante através da construção de relatórios qualitativos do rendimento escolar que serão formalmente apresentados aos pais e coletados para análise.

A Educação em Tempo Integral contará com um sistema de acompanhamento de suas ações, a fim de viabilizar a comunicação entre a equipe gestora e a operacional.

A implementação da política de Educação em Tempo Integral implica enfrentar diversos desafios, como, por exemplo:

- organizar os espaços e tempos escolares (haja vista a ampliação da estadia dos estudantes na escola);
- rever os métodos e a prática pedagógica docente;
- verificar as possibilidades educativas dentro e fora do espaço escolar;
- refletir e discutir sobre os diversos pontos de vista da equipe escolar.

Diante de todos os desafios e ações para o desenvolvimento de uma educação integral de nossos estudantes, o envolvimento e o compromisso de todos, são necessários e essenciais para que isso aconteça de forma efetiva.

Vale salientar que a Educação em Tempo Integral precisa ser instigante, de modo que desafiem e estimulem a participação de todos os profissionais envolvidos, para que contribuam em todos os aspectos do processo de educação e formação dos estudantes.

Isso posto, é preciso que ações sejam implantadas pela equipe de trabalho no sentido de ouvir as famílias, os estudantes, bem como de abrir os portões da Unidade Escolar para dialogar com aqueles que, em alguma medida, são ou se sentem responsáveis e comprometidos com uma educação de qualidade na Rede Pública de Ensino do Ipojuca.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de Educação Integral para o Ensino Fundamental tem o objetivo de incentivar o protagonismo estudantil, desenvolver um plano de participação cidadã, prover meios para que possam realizá-los, como sujeitos do processo e protagonistas de sua formação. O envolvimento da comunidade escolar é imprescindível para o sucesso de toda a proposta.

Esperamos que esse documento norteie e colabore para que a Educação Integral e Integrada se fortaleça em cada escola assumindo seu papel de fortalecedora dos princípios da:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- IV. Valorização do profissional da educação;
- V. Gestão democrática do ensino público;
- VI. Valorização da experiência extraescolar;
- VII. Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- VIII. Consideração com a diversidade étnico-racial.

A Escola Integral é a forma que acreditamos ser capaz de contribuir para que os estudantes encontrem significado na escola e transformem o que aprendem.



REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. Outros sujeitos, outras pedagogias. Rio de Janeiro. Vozes, 2012, p. 260.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN. 9.394/96, Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 06 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 16 mai. 2023.

_____. Lei nº 13.415, de 16 fev. 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 06 jul. 2017.

_____. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 31 mar. 2023.

_____. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm>. Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível Em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-norma-atualizada-pl.html>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

_____. Parecer CNE nº 5/97 - CEB - Aprovado em 7 maio 1997. Proposta de Regulamentação da Lei nº 9.394/96. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p02910305_c.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2017.

_____. Parecer CNE/CEB nº 4/2009 - Aprovado em 10 de março de 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb004_09.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.

_____. Resolução CNE/CEB nº 2, de 7 de abril de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

_____. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a



Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em:
<http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_1_de_3_de_abril_de_2002.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2023.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento Social. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.fnnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=NI>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 10, de 18 de abril de 2013. Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em:

<https://www.fnnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000010&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 20 de jun. de 2017.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 15, de 10 de Julho de 2014. Dispõe sobre as prestações de contas das entidades beneficiadas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas ações agregadas. Disponível em:
<<http://www.fnnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/5834-resolu%C3%A7%C3%A3ocd-fnde-n%C2%BA-15,-de-10-de-julho-de-2014>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 8, de 16 de dezembro de 2016. Altera as Resoluções nºs 10, de 18 de abril de 2013, e 16, de 9 de dezembro de 2015, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE), e dá ou trás providências. Disponível em:

<https://www.fnnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000008&seq_ato=000&vlr_ano=2016&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Ciências Naturais. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencias.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Orientações Gerais para o Ensino de Nove Anos, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/9anosgeral.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. Portaria 1.144, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. Diário Oficial da União, nº 196, de 11 de outubro de 2016. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&View=download&alias=49121-port--1145-11out-pdf&category_slug=outubro-2016pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 26 jul. 2017.

———. Ministério da Educação. Portaria 1.145, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, criada pela Medida Provisória no 746, de 22 de setembro de 2016. Diário Oficial da União, nº 196, de 11 de outubro de 2016. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br>

/[index.php?option=com_docman&view=download&alias=49121-port-1145-11out-pdf&category_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49121-port-1145-11out-pdf&category_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 26 jun. 2017.

———. Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Subsidia o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Disponível <<http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>>. Acesso em: 28 jun.2017.

———. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 26, de 17 de Junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em:

<<https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UriPublicas>

[Action.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_an=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UriPublicas/Action.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_an=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC)>. Acesso em: 28 jun. 2017.

———. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Fixa as diretrizes nacionais para a Educação Infantil. Disponível em

<<http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares--para-a-E-I.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

———. Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 abr. 2007. Institui o Programa Mais Educação. Diário Oficial da União, nº 80, de 26 abr. 2007, Seção 1, p. 5.

———. Decreto nº 7.083, de 27 jan. 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm>. Acesso em: 07 jul. 2017.

———. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Programa Mais Educação: Passo a passo. Plano de Desenvolvimento da Educação. MEC: Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passopasso_maiseducacao.pdf>. Acesso em: 19 jun.2017.

———. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 2122 de 2009, 2ª Câmara. Disponível em: <<http://merendaescolarpilar.blogspot.com.br/2010/10/acordao-n-21222009-tcu-2camara.html>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

———. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. Em aberto. Brasília, v. 22, n.80, p. 51-63, abril 2009. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2220/2187>>. Acesso em: 26 jun. 17.

CANDAU, Vera Maria et al. Oficinas pedagógicas de direitos humanos. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.



CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e qualidade na educação pública. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, out. 2006.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo: Cortez, 2012.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Las categorías de sentido, sentido personal y sentido subjetivo en una perspectiva histórico-cultural: un camino hacia una nueva definición de subjetividad. Universitas Psychologica, v. 9, p. 241-253, 2009.

GRACIANI, Maria Stela S. Pedagogia social de rua. São Paulo: Cortez, 1997.

IPOJUCA. Currículo Referência do Ipojuca. Ipojuca: SEDUC, 2020.

———. Resolução CME-Ipojuca nº 01, de 28 de maio de 2021. Estabelece normas para a Educação ESpecial, na perspectiva da Educação Inclusiva, para todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino do Ipojuca.

———. Resolução CME-Ipojuca nº 04, de 10 de janeiro de 2019. Dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas e Operacionais do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos de duração, na Rede Municipal de Ensino de IPOJUCA e dá outras providências.

JULIÃO, F. O espaço físico como prática político-pedagógica. In: BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Básicas de Infraestrutura para funcionamento das instituições de Educação Infantil. Documento Preliminar. Brasília: MEC, 2002.

KUREK, M.; BUTZKE, C. M. Alimentação escolar saudável para educandos da educação infantil e ensino fundamental. Rev. Divulg. Técn. Cient. ICPG, v. 3, n. 9, p. 139-144, jul./dez. 2006.

LOMONACO, Beatriz Penteadó; SILVA, Letícia Araújo Moreira da. Percursos da educação integral em busca da qualidade e da equidade. São Paulo: Cenpec: Fundação Itaú Social - Unicef, 2013. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/viewFile/235/245> Acesso em: 18 nov. 2017.

MENESES, J. S. S. A educação integral tem como um de seus alicerces sua desejável integração com outras instituições/esferas da sociedade, 2009. Disponível em: <www.simposioestadopolitica.ufu.br/imagens/anais/pdf/EC21.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

MESQUITA, G.; SOBRAL, F. C.; MENEZES, I. Adolescência na Escola: o desafio do desenvolvimento integral. Um estudo sobre as opções pedagógicas e organizacionais e uma escola kentenichiana. Interações. n. 5, v. 3, p. 82-109, 2007. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/6930/2/83306.pdf>> Acesso em: 08 mar. 2018.

OLIVEIRA, Eny da Luz Lacerda. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 14, Número 2, Julho/Dezembro de 2010: 245-260.



OMISTE, A. Savedra; LÓPEZ, Maria Del C.; RAMIREZ, J. Formação de grupos populares: uma proposta educativa. In CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (Org.) Educar em direitos humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Comissão para os determinantes sociais da saúde. Redução das desigualdades no período de uma geração: Igualdade na saúde através da ação sobre os seus determinantes sociais: Relatório Final da Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde. Portugal: 2010. Disponível em: <<http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Redu%C3%A7%C3%A3o-das-Desigualdades-no-per%C3%ADodo.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2023.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. União dos Dirigentes Municipais de Educação. Currículo de Pernambuco: ensino fundamental. Recife: A secretaria, 2019. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/17691/CURRICULO%20DE%20PERNAMBUCO%20-%20ENSINO%20FUNDAMENTAL.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2023.

PROENÇA, Maria Alice de Rezende. A rotina como âncora do cotidiano na Educação Infantil. Revista Pátio Educação Infantil, Porto Alegre, n. 4, p.13-15, 04 abr. 2004.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Políticas Públicas de ampliação da jornada escolar na perspectiva da educação integral fazem a diferença? Um estudo do Programa Mais Educação. 2014. Total 262 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2014.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SILVA, Edileuza Fernandes da. A coordenação pedagógica como espaço de organização do trabalho escolar: o que temos e o que queremos. IN: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político Pedagógico. Campinas, SP, Papirus, 2007.

SILVA, M. O coordenador pedagógico e a questão da participação nos órgãos colegiados. In: ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N. de S. (Org.). O coordenador pedagógico e a questão da contemporaneidade. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

UNESCO. Making every school a health-promoting school: implementation guidance. World Health Organization and the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2021. 94 p.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1993.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.

VILLAS BOAS, B. M. F.; PEREIRA, M. S.; OLIVEIRA, R.M. da S. Progressão continuada: equívocos e possibilidades. Polifonia: revista do programa de pós-graduação em ensino da educação básica do CEPAE/UFG, Goiás, n.1, v. 23, p. 93-109, 2012.



PREFEITURA DO
IPOJUCA
CUIDANDO DO FUTURO DE TODOS

**SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO**

www.ipojuca.pe.gov.br